

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JEANE JACQUES CRUZ

**A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL (PSH) NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ**

**Florianópolis – SC
Junho de 2010**

JEANE JACQUES CRUZ

A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH) NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pelo prof. Valter Martins.

**Florianópolis – SC
Junho 2010**

JEANE JACQUES CRUZ

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Valter Martins
Orientador

Prof^ª Dra. Maria Teresa dos Santos
Examinadora

Assistente Social Elizonete Tietjen
Examinadora

Florianópolis, junho de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me capacitar diariamente no decorrer da minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais, João Carlos e Jucélia, por toda compreensão, carinho e amor a mim entregues por toda a vida, e o empenho incondicional realizado para minha formação pessoal e profissional. Amo vocês!

Ao meu noivo Leandro, pela paciência, compreensão e amor. Mas principalmente por me apoiar em todos os momentos em que priorizei meu tempo para a elaboração deste trabalho. Tenha certeza de que você foi peça fundamental para essa conquista.

A todos os técnicos da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental - SMHSA. Porém, destaco meu agradecimento às Assistentes Sociais com quem tive uma convivência direta por mais de um ano. Meninas, obrigada pelo carinho e momentos ilimitados de aprendizagem a mim proporcionados, verdadeira demonstração das possibilidades e limites a serem ainda enfrentados pela profissão.

As minhas supervisoras, Rosangela e Elizonete, muito obrigada pela contribuição ao longo de minha trajetória quanto estagiária/acadêmica.

As minhas colegas de turma, que direta ou indiretamente me ajudaram ao longo desses quatro anos a chegar até aqui. Dentre elas, agradeço de forma especial à Heloiza, amiga que participou junto comigo das fases decisivas na UFSC, sem seu companheirismo, força e carinho com certeza seria mais difícil chegar até aqui. À Karine, amiga sincera e companheira, porém um tanto questionadora em sala de aula, mas que eu adoro; e à Camila, amiga que eu tenho um grande carinho e admiração, um verdadeiro exemplo de vida. A todas vocês o meu eterno carinho e amizade. Obrigada meninas!

Ao MAV-J, amigos queridos e fiéis. Só tenho a agradecer pela força, carinho e principalmente pela compreensão. Sem a amizade de vocês seria tudo mais difícil.

Ao professor Valter Martins, profissional de competência indescritível, que me orientou na construção deste trabalho. Muito obrigada pela paciência, atenção e dedicação disponibilizada.

A professora Maria Teresa e a Assistente Social Elizonete que aceitaram o convite para compor minha banca, como examinadoras.

A todos os professores que, ao longo de minha trajetória acadêmica, contribuíram significativamente para minha formação.

“A cidade como construção coletiva tem um compromisso com a dignidade da pessoa humana e com a garantia dos direitos humanos fundamentais: moradia, trabalho, saúde, educação, lazer, acesso à justiça, segurança, entre tantos outros”.

(Liana Portilho Mattos, 2010)

CRUZ, Jeane Jacques. A experiência do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) na comunidade do Morro do Mocotó. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um estudo sobre a experiência do processo de implementação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) desenvolvido na comunidade do Morro do Mocotó. Apresenta um breve contexto sobre a formação dos aglomerados urbanos no município de Florianópolis e a falta de políticas públicas e urbanas para o atendimento do déficit habitacional. Dentro desse contexto, é apresentado o processo de ocupação da comunidade do Morro do Mocotó, e as intervenções públicas realizadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis na questão urbana do local, dando destaque à implementação do PSH. Com isso, apresenta-se o seu desenvolvimento, desenho institucional e as dificuldades enfrentadas pelas famílias quanto à efetivação deste Programa. Posteriormente, mostra-se a importância e as dificuldades oriundas do Trabalho Técnico Social em relação ao seu trabalho pela efetivação e garantia dos direitos dos usuários. Destaca-se a necessidade de maior integração e articulação das ações entre a equipe formada no Programa junto à população atendida. O estudo visa contribuir com o debate sobre a implementação da Política Habitacional pautada no PSH, Programa direcionado às famílias de baixa renda, dando destaque a sua trajetória e limites.

Palavras - chaves: Política Urbana. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social. Trabalho Técnico Social. Serviço Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Responsabilidades dos entes envolvidos na execução local do PSH	23
Quadro 2 - Documentos solicitados para compor os processos individuais dos beneficiários	26
Quadro 3 - Proposta metodológica do Projeto Social do PSH	43

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CADMUT - Cadastro Nacional de Mutuário

COHAB/SC – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina

COTS – Caderno de Orientação Técnica Social

CPF – Cadastro de Pessoa Física

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

HBB - Habitar Brasil BID

OGU - Orçamento Geral da União

ONU – Organização das Nações Unidas

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis

PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social

SC – Santa Catarina

SDR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis

SMHSA – Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A POLÍTICA URBANA EM FLORIANÓPOLIS	13
1.1 A EXPRESSÃO DA POLÍTICA URBANA EM FLORIANÓPOLIS	13
1.2 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO MORRO DO MOCOTÓ	16
1.3 PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	18
1.4 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ	22
2 A AÇÃO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR NO CONTEXTO DO PSH.....	35
2.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ATUANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PSH.....	35
2.2 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PSH.....	39
2.3 O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO PSH	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	61
APÊNDICE 1	62
Roteiro de entrevista realizado com os técnicos da SMHSA e COHAB/SC	62
APÊNDICE 2	65
Modelo - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	65
ANEXOS	68
ANEXO 1.....	69
Ficha de Declaração Sócio-Econômica	69
ANEXO 2.....	73
Declaração do beneficiário	73
ANEXO 3.....	75
Declaração de saúde	75

ANEXO 4.....78
Autorização para construção em terreno de terceiros.....78

ANEXO 5.....80
Planilha de contratação.....80

INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras têm vivenciado um forte agravamento na questão urbana. O crescimento no setor industrial, e conseqüentemente as maiores ofertas de emprego, tem levado uma parte significativa da população, principalmente rural, a buscar por melhores condições de vida, vindo nas empresas e indústrias urbanas o seu local de trabalho. Porém, essas mudanças territoriais refletem fortes alterações na vida social da população e do meio ambiente. A falta de estrutura das cidades em suportar um grande número populacional, faz com que uma parte expressiva dessa população operária passe a ocupar áreas irregulares ou de preservação ambiental, vivendo em condições precárias de habitabilidade por não terem condições de se instalar nos centros urbanos. As terras passam a ser cada vez mais seletivas e de grande interesse do capital, assim, quem tem direito a elas são somente aqueles que têm condições de pagar por elas. A classe dominante se apropria de setores urbanos valorizados, de melhor acesso e infraestrutura, deslocando a população de baixa renda para as periferias, favelas e morros.

A cidade de Florianópolis torna-se integrante desse contexto em que a segregação sócio espacial se faz evidente ao analisar as condições precárias em que boa parte da população (sobre)vive nos morros da capital. Como exemplo desse processo excludente destaca-se a comunidade do Morro do Mocotó, objeto do presente estudo.

O Morro do Mocotó é considerado como uma das comunidades mais antigas da cidade, seu processo de ocupação ocorreu há aproximadamente cem anos, porém, sem nenhum processo urbanístico. A atuação do poder público para a execução de Programas Habitacionais ocorreu somente em 2002 por meio do Programa HBB com projetos de urbanização, compreendendo a regularização fundiária e a execução de obras de infraestrutura urbana, construção de novas moradias e de ações de recuperação ambiental. Contudo, em 2006 foi implementado o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), que teve sua efetiva execução em 2009, conforme descrito no decorrer deste trabalho.

O interesse pela temática ocorreu através do acompanhamento do Trabalho Técnico Social desenvolvido na implementação do PSH na comunidade do Morro do Mocotó, pela equipe composta pelos profissionais de Serviço Social e Engenharia da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA). Assim, o presente estudo constituiu-se no resultado da experiência de estágio curricular do curso de Serviço Social, realizado na

SMHSA da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), no período de abril de 2009 a julho de 2010.

As atividades realizadas pela estagiária pautaram-se no acompanhamento do Trabalho Técnico Social feito na comunidade do Morro do Mocotó; no desenvolvimento de projetos realizados pelo Programa Habitacional Habitar Brasil – BID (HBB) desde 2002, e posteriormente, no segundo semestre de 2009, com a execução do PSH.

O presente trabalho constitui-se de um estudo qualitativo tendo como objetivo analisar o processo de implementação do PSH na comunidade do Morro do Mocotó, perpassando o desenvolvimento do projeto, seu desenho institucional e as dificuldades enfrentadas pelas famílias quanto à efetivação desse Programa. Contudo, cabe salientar que um dos dificultadores encontrados para a elaboração deste trabalho é o fato do PSH inda estar sendo implementado na comunidade. Os objetivos pautam-se em: caracterizar a comunidade do Morro do Mocotó; descrever a experiência do Trabalho Técnico Social realizado no PSH; perceber o olhar dos profissionais atuantes no Programa quanto à importância da realização do trabalho interdisciplinar, entendendo a necessidade de articulação das ações entre a equipe executora; e identificar a importância do papel do Assistente Social frente à efetivação do PSH.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo envolveu consulta ao referencial bibliográfico disponível da área, consulta a documentos oficiais produzidos no âmbito do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC), como relatórios, normativas, e Projeto Social. Os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas realizadas com Assistente Social, Fiscal de Obras e Engenheiro da SMHSA e Assistente Social da COHAB/SC no período de março de 2010, realizadas com apoio de formulários semi-estruturados com questões abertas. Para a organização dos dados coletados, as entrevistas foram gravadas e transcritas na sequência, os dados foram organizados em categorias que são apresentados e analisados ao longo do texto. Destaca-se que para a coleta de dados utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), observando as exigências éticas e técnicas da pesquisa e do Código de Ética do Assistente Social.

Quanto à estrutura deste trabalho, ele está dividido em duas seções. A primeira busca apresentar um breve contexto da expressão da política urbana em Florianópolis, discorrendo sobre o processo de formação dos aglomerados e a transformação das cidades em decorrência

do desenvolvimento urbano. Trazendo em seguida o processo histórico da ocupação do Morro do Mocotó, e como se deu a implementação do PSH no local.

A segunda seção abrange a interface do PSH com os profissionais da área: Serviço Social e Engenharia. Para tanto, se evidencia na primeira parte a atuação do Assistente Social como parte integrante da equipe técnica, entendendo que sua atuação frente à problemática habitacional torna-se imprescindível para a obtenção de resultados e sustentabilidade dos projetos. Posteriormente, a seção trata sobre a elaboração e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social desenvolvido para o PSH, e por último aborda o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar no Programa, enfatizando a visão dos próprios profissionais, através da realização de entrevista, quanto a sua importância e limitação.

Para finalizar o desenvolvimento deste trabalho, serão apresentadas as considerações finais prestadas de forma reflexiva dos itens debatidos neste estudo, e as referências utilizadas como embasamento teórico-metodológico.

1 A POLÍTICA URBANA EM FLORIANÓPOLIS

1.1 A EXPRESSÃO DA POLÍTICA URBANA EM FLORIANÓPOLIS

Nossa Senhora do Desterro, hoje denominada Florianópolis, foi fundada por bandeirantes paulistas no final do século XVII, e teve sua economia baseada na agricultura e na pesca. No século XX, já nomeado Florianópolis, o município desenvolveu-se como expressivo pólo de serviços públicos após a implantação de energia elétrica e dos sistemas de fornecimento de água e captação de esgoto sanitário (FLORIANÓPOLIS, 2009). Esse desenvolvimento propiciou, posteriormente, o turismo, que se intensificou após a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926 e da BR-101, em 1970, construções que possibilitaram a conexão da cidade com o restante do estado e do país.

O município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, é a cidade-pólo da região num aglomerado de 22 municípios. Destaca-se por ser um centro político-administrativo e com forte potencial econômico vinculado ao comércio, indústria do vestuário, informática e turismo, sendo esse último uma das mais importantes atividades econômicas da cidade. Florianópolis é conhecida por suas praias e reservas naturais, o que fez com que ela fosse considerada mais tarde capital do turismo. Ainda por se tratar de uma capital e figurar no cenário nacional como a cidade que apresenta um dos melhores níveis de qualidade de vida, conforme critérios da Organização das Nações Unidas (ONU) (FLORIANÓPOLIS, 2009), atrai um contingente de migrantes do interior do estado e de outros estados que buscam melhores condições de vida. Contudo, essa massa migrante é constituída por dois extremos de renda, ou seja, parte dela são pessoas que possuem recursos econômicos consideráveis e deixam suas cidades de origem para procurar qualidade de vida e tranquilidade. Do outro lado estão pessoas sem qualquer renda que migram para Florianópolis em busca de ocupação.

O diagnóstico contido na Política Habitacional de Florianópolis (2009, p. 9), apresenta que:

O aumento considerável da população aliado ao desenvolvimento econômico deram início às desigualdades sociais e aos grandes problemas urbanos e ambientais que não foram respaldados por um efetivo planejamento de

ocupação e estruturação da ilha, principalmente da população migrante do interior do estado, em função do despreparo da cidade em receber esse contingente. Outro fator de relevante importância nesse processo de aumento demográfico e urbanização, foi a construção de grandes obras de infraestrutura de transporte rodoviário que intensificaram o fluxo migratório para a cidade, com enormes repercussões em toda a região polarizada.

Na década de 1970, Florianópolis foi local da construção de grandes edificações públicas e privadas, o que estimulou expressiva concentração residencial, de atividades comerciais e de serviços. Diante do amplo espaço de confluência, instalaram-se na capital, grandes centros empresariais e educacionais, como: Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), todos contribuidores para os impulsos urbanizadores da Ilha de Santa Catarina (LAGO, 1996). Essas transformações na infraestrutura urbana provocaram alterações sociais que não puderam ser desfrutadas por todos os munícipes, fazendo com que uma parte expressiva da população, que não tem acesso aos novos empregos criados ou não é possibilitada de ingressar nessas instituições de ensino, seja impelida para os morros resultante da densa urbanização da área plana da cidade, gerando, com isso, formas ocupacionais de habitações improvisadas e de menor custo.

Diante da intensificação populacional que a região vem sofrendo ao longo das décadas, e com a grande concentração residencial e comercial de serviços citada anteriormente, Bopprê (2003, p. 69) expõe que:

Com a valorização da terra, cada vez mais o município de Florianópolis, e em particular sua porção insular e em especial a sua zona balneária, passou a ser espaço privilegiado para as classes ricas. A regra predominante na sociedade capitalista é a de transformar o solo em propriedade privada sendo seu acesso assegurado pela renda. Como a renda inexistente para muitos e em sua maioria não é sequer suficiente para assegurar as necessidades básicas de subsistência, a maior parte da população, sem o direito ao teto, vai morar em uma invenção da modernidade, qual seja, a favela¹. O avesso do luxo.

Ainda, segundo Bopprê (2003, p. 63), o crescimento de Florianópolis se dá de forma verticalizada, ou seja, a partir da construção de prédios comerciais e de moradia concentrados, em sua maioria, na área central da cidade, que de acordo com o autor é “para efeito de ampliar a acumulação capitalista por meio da otimização do espaço”.

¹ No município de Florianópolis não é utilizado o termo favela, mas sim comunidade.

Um exemplo a ser citado de construção verticalizada é a Beira-Mar Norte. O local não chama a atenção somente por suas construções “para o alto”, mas também por possuir edificações habitadas por pessoas de alto poder aquisitivo. Na avenida encontram-se um dos melhores condomínios residenciais, hotéis, restaurantes e shopping. A tudo isso se inclui a vista para o mar, que agrada aos turistas. Esse e alguns outros locais da Ilha são privilegiados pela sua localização e empreendimentos, o que gera disputa dos setores imobiliários. Visto isso, as famílias domiciliadas nos morros da capital vivenciam o “avesso ao luxo”, e desfrutam apenas de um único bem em comum, a vista para o mar (BOPPRÊ, 2003, p.63).

Para Rolnik (2008, p. 23):

A presença deste vasto contingente de assentamentos inseridos de forma ambígua na cidade é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena.

Florianópolis é palco de muitos conflitos sociais e ambientais provocados pelo desenvolvimento econômico e escassez de terra pelo crescimento desordenado (ROCHA, 2009). Segundo dados do Ministério das Cidades², a menos de um século as cidades brasileiras abrigavam 10% da população nacional, hoje são 82%. Isso demonstra o inchaço que as cidades, principalmente as capitais, vêm sofrendo constantemente (BRASIL, 2010).

De acordo com o Sub-Projeto de Trabalho Técnico Social³ da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), a cidade de Florianópolis é composta por 66 comunidades e sua distribuição realiza-se da seguinte forma: 12 comunidades no sul da Ilha; 22 na região do Continente; 06 no norte da Ilha; 03 na região do interior da Ilha; 05 na região do Saco Grande; e 16 na região do Morro da Cruz⁴.

² Informações encontradas no site do Ministério das Cidades, Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>

³ O Sub-Projeto de Trabalho Técnico Social é parte integrante do Projeto Maciço do Morro da Cruz vinculado ao Programa Aceleração do Crescimento (PAC).

⁴ Para mais detalhes consultar o Diagnóstico das Áreas de Interesse Social. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/publicacoes/_planejamento_habitacional/diagnostico_ais_1.pdf

Todas as comunidades do Maciço do Morro da Cruz são áreas de interesse social, onde residem aproximadamente 23 mil habitantes, numa concentração de 5.677 famílias. As comunidades são: Morro da Queimada, Morro do Mocotó, Morro da Mariquinha, Morro do Tico-Tico, Ângelo Laporta, Monte Serrat, Laudelina C. Lemos, Jose Boiteux, Santa Clara, Morro do Céu e ruas, Morro do 25, Vila Santa Vitória, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, Alto da Caeira e Serrinha.

As comunidades do Maciço do Morro da Cruz são objeto dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis por meio de “intervenções que alteram a configuração deste espaço urbano, com a implementação de serviços de infra-estrutura e ações sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, promovendo a integração do Maciço à malha urbana” (FLORIANÓPOLIS, 2007 p. 5).

Dentre as 16 comunidades que compõem o Maciço do Morro da Cruz destaca-se a comunidade do Morro do Mocotó, local de desenvolvimento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), objeto central do presente estudo.

1.2 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO MORRO DO MOCOTÓ

A comunidade do Morro do Mocotó está localizada no Maciço Central de Florianópolis, no Distrito Sede do lado oeste da Ilha de Santa Catarina. Hoje é possível chegar à comunidade por dois acessos: Morro da Queimada e também pela Rua 13 de Maio, bairro José Mendes. A trajetória de ocupação humana na comunidade ocorreu há aproximadamente cem anos com a vinda de um grupo de negros recém libertos e soldados da Guerra do Paraguai. Posteriormente, vieram os operários da construção civil que trabalharam na edificação da ponte Hercílio Luz até 1926. Após um longo período sem muito adensamento populacional, o morro passou a ser ocupado por famílias vindas de outros municípios que tornaram a área desorganizadamente, tornando-se mais tarde uma grande favela (FLORIANÓPOLIS/ HBB, 2002).

A ocupação da comunidade aconteceu sem nenhum critério urbanístico. O processo ocorreu conforme a chegada das famílias ao local, em que essas cercavam e determinavam a área a ser edificada sua moradia sem utilizar critérios de demarcação ou divisão dos lotes. As

famílias se alojavam em porções de terra e constituíam seus núcleos familiares e de vizinhança. Essas características não são exclusivas do Morro do Mocotó, mas uma alegórica constatação dos demais morros da capital. Segundo registros dos arquivos municipais:

Até o final da década de 1970, não houve nenhuma iniciativa de regularização fundiária da ocupação do morro. Apenas no início dos anos 1980 é que a COHAB/SC [Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina] regularizou a posse da terra, primeiro com títulos provisórios de propriedade da terra a algumas famílias do Morro do Mocotó (FLORIANÓPOLIS/ HBB, 2002, p. 20).

A população da comunidade é de aproximadamente 367 famílias, e a grande maioria delas, 81,5%, é originária do próprio município de Florianópolis. A pesquisa quantitativa realizada pela empresa Diagonal em 2001 demonstrou que a população do local se caracteriza por famílias de baixa renda que sobrevive no máximo com até três salários mínimos, e sua composição familiar é de no mínimo três pessoas por unidade habitacional (DIAGONAL, 2001).

Em julho de 2002 a comunidade foi contemplada com um convênio do Governo Federal para desenvolver um projeto de urbanização com recursos da União, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a contrapartida do município: Programa Habitar Brasil BID (HBB). Esse Programa foi desenvolvido na comunidade depois de estabelecidos alguns critérios de elegibilidade da área, são eles:

Um dos núcleos habitacionais sem critérios urbanísticos mais antigos da cidade e por se tratar de uma ocupação consolidada, com mais de 80% da população natural de Florianópolis. Outro critério que contribuiu para a escolha da comunidade foi o fato de ser uma área pública, sem problemas de ajuizamento, ou seja, não é uma área em litígio, sendo possível a efetivação da regularização fundiária (SILVA, 2008, p.37).

O Programa HBB teve por objetivo a elaboração e implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos precários⁵, que compreendem a regularização fundiária e a execução de obras de serviços de infraestrutura urbana e de ações de recuperação ambiental, bem como desenvolver ações para o desenvolvimento da participação comunitária, educação sanitária e ambiental e atividades ou ações de geração de trabalho e renda (FLORIANÓPOLIS/HBB, 2002). O referido projeto representou para a comunidade um

⁵ Segundo definição da Organização das Nações Unidas (ONU), assentamento precário trata-se de um assentamento contíguo, em que o status residencial é inseguro; acesso inadequado à água potável, saneamento e infra-estrutura em geral; baixa qualidade estrutural dos domicílios; e adensamento excessivo (*apud* ROLNIK, 2008, p. 23).

avanço em relação à regularização urbanística por meio da construção do sistema de esgotamento sanitário, obras no sistema viário, bem como construção de 38 novas unidades habitacionais e melhorias de aproximadamente 75 residências. Incluindo ainda a construção de equipamentos comunitários como Creche, Centro de Convivência e Galpão destinado a desenvolver projetos de Geração de Trabalho e Renda.

Devido à grande demanda na comunidade por novas unidades habitacionais, o Programa HBB não conseguiu abranger a todas as famílias, atendendo parcialmente as necessidades da região. Assim, somente em 2005 com a implementação do PSH, o município de Florianópolis por meio da SMHSA em parceria com a COHAB/SC aplicara o referido projeto na área do Morro do Mocotó para contemplar as famílias não atendidas no Programa HBB.

1.3 PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O PSH é uma ação do Governo Federal, criado pela Medida Provisória nº 2.212, de 30 de agosto de 2001⁶, regulamentado pelo Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002⁷, e operado por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Constitui-se de uma linha de crédito para produção de empreendimentos habitacionais com financiamento direto às pessoas físicas, que tem por objetivo oferecer acesso à moradia adequada para cidadãos de baixa renda que recebem até R\$740,00 por mês. Essa linha de crédito conta com subsídios que são calculados em função da renda familiar bruta⁸ (BRASIL, 2010)⁹.

O recurso destinado a esse Programa provém do Orçamento Geral da União (OGU), limitado ao valor de R\$ 108.053.300,00 (cento e oito milhões, cinquenta e três mil e trezentos reais), necessários para a concessão de 10.000 financiamentos, aplicados exclusivamente ao

⁶ Revogada pela Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004.

⁷ Revogado pelo Decreto nº 5.247, de 19 de outubro de 2004.

⁸ Entende-se como renda familiar bruta a renda total de todos os componentes de um núcleo familiar, assim considerada a união estável entre o homem e a mulher, bem como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, que habitem a mesma residência, desde que tais descendentes não componham uma outra entidade familiar. Segundo nota da Portaria Interministerial nº 186, de 7 de agosto de 2003 disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/psh/psh>.

⁹ Informações encontradas no site do Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>

subsídio de operações de financiamento habitacional de interesse social contratados com pessoa física, de modo a complementar no ato da contratação:

- a) a capacidade financeira do beneficiário para pagamento de imóvel residencial; e
- b) o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH [Sistema Financeiro de Habitação], compreendendo as despesas de contratação e administração do crédito e remuneração das instituições ou agentes, nos casos de parcelamentos (BRASIL, 2004).

O PSH conta ainda com a transferência voluntária de recursos, bens ou serviços provenientes dos estados, Distrito Federal e municípios, sob a forma de complementação aos recursos oriundos das operações de financiamento habitacional.

A Portaria Interministerial nº 186, de 7 de agosto de 2003 define as condições necessárias à implementação do Programa para a destinação dos recursos operados no âmbito do PSH. Cabe observar as seguintes diretrizes:

- a) atendimento à população urbana e rural conferindo-se prioritariamente às famílias de mais baixa renda e à mulher chefe de família;
- b) integração a outras intervenções ou programas da União ou demais esferas de governo;
- c) integração a outras ações que possibilitem a sustentabilidade dos projetos e promovam a inclusão social dos beneficiários;
- d) atendimento a áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental;
- e) promoção do ordenamento territorial das cidades, por intermédio de regular ocupação e uso do solo urbano, observada a compatibilidade com Plano Diretor Municipal ou equivalente ou Plano de Ação Estadual ou Regional, quando existentes;
- f) possibilitar a permanência do homem no campo, nos casos de intervenções em áreas rurais;
- g) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias, agregando-se às obras e serviços a execução de trabalho social;
- h) adoção de soluções técnicas que objetivem ganhos de eficiência e redução de custos;
- i) utilização preferencial de mão-de-obra de micros, pequenas e médias empresas locais, sem prejuízo da lei de licitações;
- j) adoção preferencial de mutirão e autoconstrução, de forma a minimizar custos; ou
- k) constituição, por intermédio de lei específica, de Conselho Estadual ou Municipal, com caráter deliberativo, tendo a ele vinculado um fundo, voltado a propiciar apoio institucional e financeiro ao exercício da política local de habitação e desenvolvimento urbano, recomendando-se a utilização de conselho ou fundo já existente, com objetivo semelhante (BRASIL, 2003).

Quanto aos participantes do PSH e suas respectivas atribuições, o Ministério das Cidades e o Ministério da Fazenda são responsáveis por:

- a) estabelecer as diretrizes e condições gerais de implementação do Programa;
- b) elaborar propostas orçamentárias de aplicação de recursos;
- c) acompanhar e avaliar a execução do programa, no âmbito de suas respectivas competências institucionais (BRASIL, 2003).

Aos Ministérios da Fazenda e Cidades, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria Nacional de Habitação, competem as seguintes atribuições:

- a) realizar oferta pública de recursos (leilões¹⁰), no âmbito do programa, às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- b) definir as condições das operações de financiamento, em particular os critérios para apuração da capacidade máxima teórica de financiamento do beneficiário;
- c) definir os critérios de elegibilidade e seleção das instituições financeiras e o percentual máximo de contratos que cada instituição poderá obter na oferta pública;
- d) definir as condições e efetuar o repasse dos recursos orçamentários referentes aos subsídios às instituições financeiras habilitadas no processo de oferta pública de recursos;
- e) efetuar o respectivo repasse de recursos às instituições financeiras habilitada, em até dez dias úteis, contados da data de recebimento, pelo Ministério das Cidades, do relatório que informa as contratações de financiamento;
- f) encaminhar ao Banco Central do Brasil relatório de liberação dos recursos às instituições financeiras (BRASIL, 2003).

Ao Ministério das Cidades compete:

- a) receber os relatórios de aplicação de recursos das instituições financeiras;
- b) disponibilizar e verificar a exatidão dos recursos oferecidos com o objetivo de complementar a capacidade financeira do beneficiário para pagamento do preço do imóvel residencial;
- c) definir as condições e efetuar o repasse dos recursos orçamentários referentes aos subsídios previstos às instituições financeiras habilitadas no processo de oferta pública de recursos (BRASIL, 2003).

As instituições financeiras, uma vez habilitadas no processo de Oferta Pública de Recursos (Leilão), ficam responsáveis, inicialmente, por receber as propostas de participação no Programa formuladas pelos estados, Distrito Federal e municípios. As propostas passam

¹⁰ Segundo técnica da COHAB/SC, a nominata leilão refere-se à maneira de identificar o período e o valor do recurso a ser repassado para cada beneficiário.

por uma análise de viabilidade técnica, jurídica e financeira, a critério das instituições financeiras que contratam as propostas de empreendimento habitacional, firmando acordos de operação de crédito individual com cada uma das famílias beneficiadas pelo Programa (BRASIL, 2010)¹¹.

Após contratadas as operações de crédito, as instituições financeiras solicitam à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria Nacional de Habitação, respectivamente, a liberação dos dois tipos de subsídios previstos no Programa, quais sejam: o subsídio destinado a cobrir os custos financeiros da operação de crédito habitacional (apropriado diretamente pela instituição financeira) e o subsídio determinado à complementação do preço de compra/venda ou construção das unidades residenciais (ficando as instituições financeiras responsáveis pela sua adequada aplicação) (BRASIL, 2010)¹².

Os estados, Distrito Federal e municípios, têm a obrigação de:

- a) apresentar, às instituições habilitadas, propostas de participação no programa;
- b) aportar recursos, bens ou serviços economicamente mensuráveis, em montante suficiente à composição do valor de investimento das operações, deduzido os valores de financiamento a serem concedidos pelas instituições financeiras aos beneficiários e o valor a ser repassado referente ao subsídio;
- c) indicar os beneficiários do programa, condicionados à análise cadastral e financeira a ser realizada pelas instituições financeiras (BRASIL, 2003).

Quanto às responsabilidades dos beneficiários, esses deverão apresentar documentação aos órgãos municipais ou estaduais competentes para cadastramento e seleção. Uma vez selecionados, ficam os beneficiários responsáveis por contratar operação de crédito habitacional junto às instituições financeiras habilitadas, respondendo pelas obrigações dela decorrentes do empréstimo.

Conforme definição da Portaria Interministerial nº 611, de 28 de novembro de 2006, as modalidades operacionais, bem como as respectivas composições de investimentos, visam à aquisição e a produção de moradias. A primeira objetiva a compra de unidades habitacionais prontas, dotadas de padrões mínimos de habitabilidade. A segunda tem por intuito a construção de unidades habitacionais dotadas de padrões mínimos de habitabilidade, cujos valores dos subsídios destinados à complementação do pagamento do preço de imóveis residenciais devem obedecer aos seguintes limites:

¹¹ Informações encontradas no site do Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>

¹² Ibid.

- a) no caso de financiamentos ou parcelamento habitacional a imóveis localizados nos municípios integrantes de regiões metropolitanas, o subsídio complementação será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- b) no caso de financiamentos ou parcelamento habitacional a imóveis localizados nos municípios não integrantes de regiões metropolitanas, o subsídio complementação será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) (BRASIL, 2003).

Referente ao prazo para a execução e conclusão da obra, esse tem dezoito meses contados a partir da data de repasse dos recursos às instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH habilitados a participar do Programa. Fica admitida a prorrogação do prazo por meio de solicitação fundamentada da instituição financeira ou agente financeiro, a critério da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (BRASIL, 2010)¹³.

O descumprimento do prazo de execução da obra implicará:

- a) na devolução de recursos ao Tesouro Nacional; e
- b) no distrato dos contratos de financiamento ou parcelamento habitacional e no cancelamento da respectiva inclusão do beneficiário no Cadastro Nacional de Mutuário (CADMUT)¹⁴ (BRASIL, 2006).

Segundo técnicos da Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB/SC), o PSH foi desenvolvido em 248 municípios do estado de Santa Catarina.

Em Florianópolis, o Programa teve início no ano de 2006 com prazo de finalização para 2009, o que não pôde ser cumprido devido às dificuldades encontradas pelo município para sua execução. Com isso, o Programa continua sendo implementado ainda em 2010.

1.4 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ

A implementação do PSH na comunidade do Morro do Mocotó surgiu por meio de um Termo de Compromisso assinado em 2008 pela COHAB/SC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR) e o município de Florianópolis.

¹³ Informações encontradas no site do Ministério das Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>

¹⁴ Segundo técnicos da COHAB/SC, o CADMUT é o cadastro realizado pelo Governo Federal com famílias beneficiadas com algum Programa Habitacional.

Sua finalidade é a construção de um total de 98 unidades habitacionais nas comunidades: Morro do Mocotó, Queimada, Morro da Caixa, Vila Aparecida e Chico Mendes. As habitações estão sendo construídas no próprio terreno das famílias, sendo esse (ter um terreno) um dos critérios para a realização da inscrição no Programa.

O termo assinado descreve as obrigações que as partes têm de cumprir para o andamento do Programa, conforme quadro que segue:

Quadro 1 - Responsabilidades dos entes envolvidos na execução local do PSH

Órgãos	Responsabilidades
COHAB/SC	<ol style="list-style-type: none"> 1.Fornecer os projetos finais de engenharia das unidades habitacionais; 2.Disponibilizar à SDR, Município e aos beneficiários finais, as informações referentes ao projeto de que trata este Termo de Compromisso; 3.Prestar as informações necessárias relacionadas às condições do financiamento; 4.Fornecer todos os formulários necessários visando à formalização do financiamento e respectivo enquadramento dos beneficiários; 5.Assegurar a participação de todos os parceiros envolvidos na execução das unidades habitacionais, visando a implantação do projeto e disponibilização dos recursos necessários.
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR) ¹⁵	<ol style="list-style-type: none"> 1) Divulgar a construção das unidades habitacionais, juntamente com o MUNICÍPIO; 2) Organizar a documentação dos grupos interessados; 3) Fazer cumprir e atestar o cronograma físico-financeiro do empreendimento, visando à liberação dos recursos, segundo as etapas nele previstas; 4) Acompanhar a ocupação das unidades habitacionais, após a expedição do Habite-se, avaliando o grau de satisfação de seus ocupantes.
Município de Florianópolis	<ol style="list-style-type: none"> 1) Fornecer o terreno livre e desembaraçado, compatível com o número de unidades previstas neste termo, com registro e matrícula em cartórios, para implantação das unidades habitacionais; 2) Divulgar o projeto do empreendimento em âmbito municipal; 3) Efetuar o processo de inscrição e levantamento sócio-econômico das famílias beneficiárias e enquadráveis no programa, segundo às orientações da COHAB/SC; 4) Orientar e auxiliar os beneficiários na obtenção dos documentos pessoais necessários para formalização dos contratos e destinar um técnico social, para dar atendimento aos beneficiários; 5) Assumir a responsabilidade técnica pela fiscalização na execução do empreendimento, sempre visando o fiel cumprimento do previsto nos projetos técnicos aprovados; 6) Reduzir ou até eliminar as taxas incidentes à aprovação dos projetos e construção do empreendimento, visando a redução dos custos finais para os beneficiários; 7) Assegurar a entrega de todas as unidades habitacionais em condições de ocupação plena, no prazo de 4 (quatro) meses após liberação da

¹⁵ Falta de participação efetiva no desenvolvimento do PSH.

primeira parcela e agilizar a liberação do HABITE-SE.

Fonte: Termo de Compromisso que entre si celebram a COHAB/SC, SDR e município de Florianópolis-SC (2008).

O PSH foi dirigido às áreas de interesse social do município que realizavam algum tipo de intervenção urbanística. Por isso, o Morro do Mocotó foi uma das comunidades contempladas, já que estava sendo desenvolvido desde 2002 o Programa Habitar Brasil-BID no local. Porém, mesmo após a implementação desse Programa, a comunidade continuava com grande demanda habitacional, havendo então, a possibilidade de contratar o PSH para o local.

Para a execução do Programa HBB foi realizado no final do ano de 2001, por uma empresa contratada por meio de licitação pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), um levantamento censitário para diagnosticar as condições de vida e reais necessidades das famílias.

Algumas famílias cadastradas no Programa HBB para serem atendidas com melhorias habitacionais, ou seja, construção de uma unidade sanitária, módulo hidráulico, ou algum tipo de reforma no telhado ou assoalho, foram deslocadas para serem beneficiadas pelo PSH com a construção de uma nova unidade habitacional, tendo em vista à precariedade que seu atual domicílio se encontrava.

Com isso, houve a divulgação do Programa na comunidade para realizar a inscrição de famílias que precisavam de novas moradias. Essa divulgação, segundo relato da profissional de Serviço Social que atuava no local, se deu da seguinte forma:

Nós fizemos cartazes, mas depois foi mais no boca a boca (Assistente Social/SMHSA, março de 2010).

Os critérios utilizados pela profissional para a seleção das famílias beneficiadas basearam-se na Portaria Interministerial nº 186, de 7 de agosto de 2003 que define as condições necessárias à implantação do Programa, bem como no conhecimento que a Assistente Social possui das reais condições habitacionais e econômicas das famílias diante de sua atuação profissional¹⁶ e registros documentais realizados por ocasião do levantamento para o Programa HBB.

Em relação aos critérios estabelecidos para a seleção dos beneficiários, a Assistente Social da SMHSA responde que:

¹⁶ A Assistente Social da SMHSA relata que atua na comunidade do Morro do Mocotó desde 2004.

[Os critérios utilizados para a seleção dos beneficiários foi] do próprio conhecimento da área. Como a gente circulou muito pela área nós já conhecíamos quem realmente estava precisando, e alguns que se colocavam [...], famílias que estavam sendo constituídas agora ou a filha estava esperando neném então precisava ter o cantinho dela. Isso aí a gente pensou muito. [...] Não ficou praticamente ninguém de fora (Assistente Social/SMHSA, março de 2010).

Na fala da profissional pode-se perceber que a experiência vivenciada por ela, que atua há anos na comunidade, apresenta-se como elemento que possibilitou o atendimento das famílias, estendendo-o às moradias que apresentavam mais de um núcleo familiar, não se limitando aos critérios formais.

O número de inscritos no Programa ultrapassou a estimativa dos profissionais da SMHSA. Esses esperavam em média vinte cadastros, mas foi totalizado o número de sessenta famílias inscritas. Com isso, os dados foram repassados ao Secretário Adjunto da SMHSA e aos técnicos da COHAB/SC que concordaram com o número de inscrições.

Os profissionais da SMHSA, por meio de um trabalho interdisciplinar entre Serviço Social e Engenharia, realizaram por diversas vezes reuniões comunitárias para repassar informações referentes à efetivação do Programa, como número de unidades a serem construídas, o procedimento a ser realizado nas construções específicas de cada família, além de esclarecer as obrigações das partes. Após a conclusão da seleção dos beneficiários, foi realizada pelo Engenheiro da SMHSA a medição dos terrenos das famílias a ser encaminhada à COHAB/SC conforme relato do próprio profissional:

Nós começamos a fazer as medições dos lotes para encaminhar para a COHAB/SC para poder fazer o memorial descritivo do lotes. Seria reconhecer onde moram as famílias. Posteriormente, a engenharia faz o acompanhamento da execução das casas, pode ser por engenheiro da Prefeitura ou um contratado pelas famílias, ou da própria Empreiteira (Engenheiro/SMHSA, março de 2010).

Uma das etapas de maior morosidade do Programa foi à solicitação dos documentos de identificação dos beneficiários necessários para a assinatura dos contratos a serem encaminhados à COHAB/SC para a liberação dos recursos.

Quadro 2 - Documentos solicitados para compor os processos individuais dos beneficiários

Documentos	Especificações
Ficha de Declaração Sócio-Econômica (ver anexo I)	A ficha tem que estar preenchida e assinada pelo entrevistado e entrevistador. Para beneficiários analfabetos deve constar assinatura a rogo com a identificação do signatário acompanhada do número da carteira de identidade e CPF
Fotocópia legível do CPF e da carteira de identidade do titular	Quando for casado(a) no civil deverá encaminhar também xerox da carteira de identidade e CPF da(o) esposa(o)
Cópia da consulta feita á Receita Federal	Regularidade do CPF
Cópia da certidão conforme o estado civil do(a) titular	
Comprovante de rendimentos	Se possuir carteira de trabalho assinada
Declaração do beneficiário (ver anexo II)	
Declaração de saúde (Ver anexo III)	Modelo seguradora
Certidão de matrícula do imóvel completo e atualizado ou contrato de compra e venda	Anexar croqui / planta de situação com área, medidas e confrontações do terreno
Autorização para construção em terreno de terceiros (Ver anexo IV)	Este tem que estar assinado pelo proprietário do terreno esposa(o) (se casado(a)), acompanhada pela ficha de matrícula do terreno
Planilha de contratação (Ver anexo V)	

Fonte: COHAB/SC, 2010. Disponível em: <http://www.cohab.sc.gov.br/>

O processo foi moroso, pois alguns dos beneficiários não portavam tais documentos, tendo que fazê-los ou refazê-los. Outro dificultador trazido pelos técnicos da PMF¹⁷ e COHAB/SC, refere-se à demora por parte das famílias na abertura das contas poupanças na Caixa Econômica Federal¹⁸, banco exclusivo para o recebimento do recurso do Programa. Algumas famílias não queriam abrir novas contas e exigiam que o depósito fosse feito em sua conta particular, já outras não conseguiam fazer o procedimento devido à falta de documentação necessária, dentre outros empecilhos.

¹⁷ Quando abordada a nomenclatura “técnicos da SMHSA” neste trabalho, corresponde aos profissionais de Engenharia e Serviço Social.

¹⁸ Segundo técnica da COHAB/SC, as contas poupanças foram abertas na Caixa Econômica Federal, pois essa é a representante legal do Governo Federal após a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Após envio da documentação pela PMF à COHAB/SC, a Companhia realizou análise dos dados visando à aprovação dos processos individuais. Posteriormente, foram elaborados os contratos e definido, junto a esses órgãos, sua data de assinatura.

Ao que se refere à assinatura dos Contratos, a Assistente Social da SMHSA, relata que:

Foi feito no final do ano de 2008, uma reunião com todas as famílias no Morro do Mocotó e entorno, e lá foi assinado o contrato de cada [família], inclusive estavam os técnicos da COHAB/SC, nós da Prefeitura e depois disso aí pôde dar início a execução. Isso tudo foi no final de 2008. Quer dizer que levou realmente um ano até se iniciar. Nós esperávamos começar as obras no começo de 2009, mas não foi possível, sempre tinha alguma coisa. É burocrático (Assistente Social/SMHSA, março de 2010).

Segundo consta no contrato particular assinado entre beneficiário e COHAB/SC para a construção das unidades habitacionais, essas serão construídas de madeira com medida de 30 m² divididas por dois quartos, sala e cozinha conjugadas e um banheiro de alvenaria.

A composição do custo do imóvel será realizada por meio de subsídio destinado pelo Governo Federal a fundo perdido, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a complementar a capacidade financeira do beneficiário, além do recurso disponibilizado pelo Governo Estadual por intermédio da COHAB/SC a título de financiamento.

Assim, o recurso repassado às famílias pode variar entre R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor excedente ao subsídio destinado pelo Governo Federal deverá ser liquidado pelas famílias em até 72 prestações, a começar o pagamento após 30 dias da conclusão das obras.

Conforme Cláusula Terceira do contrato particular firmado entre COHAB/SC e beneficiário, sobre as exigências relativas à execução da obra para levantamento do capital mutuado, se subordina às seguintes condições:

- a) apresentação mensal das medições devidamente assinada pelo responsável técnico da obra, ou pelo engenheiro da Prefeitura Municipal/ Associação de Municípios e conseqüente deferimento da Diretoria da COHAB/SC;
- b) prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre as entregas das parcelas de financiamento, salvo decisão da COHAB/SC, no sentido de dispersar este prazo;
- c) cada unidade habitacional poderá efetuar no máximo três medições, com percentual mínimo de 20% do valor da obra, exceto a última;
- d) a última medição de cada unidade habitacional terá que ser realizada com a presença de um funcionário da COHAB/SC, ou por técnico indicado pela

mesma e deverá vir acompanhada do Alvará de Habite-se, este último exceto para unidades rurais;

- e) do cumprimento das obrigações fiscais;
- f) da apresentação do Certificado de Regularidade do PIS, quando for o caso;
- g) manutenção no local da obra, a disposição do órgão de engenharia da COHAB/SC, das especificações e dos memoriais aprovados pelos órgãos públicos competentes;
- h) fica limitado a 12 meses o prazo máximo para execução das obras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – o não cumprimento das disposições estabelecidas no parágrafo anterior, implicará na retenção pela COHAB/SC do valor correspondente a 5% (cinco por cento) do financiamento, exceto sobre os valores repassados a título de subsídio, valor este, que somente será liberado mediante a apresentação das certidões em referência (COHAB/SC, 2008).

A liberação dos recursos, conforme contrato, fica condicionada ao andamento das obras.

De acordo com a Cláusula Sétima descrita no Contrato Particular referente à suspensão de desembolsos:

A COHAB/SC poderá a qualquer momento suspender os desembolsos, se ocorrer e enquanto persistir quaisquer das seguintes circunstâncias:

- I) atraso no pagamento de qualquer importância devida por força do presente Contrato, independentemente da aplicação das cominações aqui previstas;
- II) inadimplemento, por parte do devedor, de qualquer Cláusula ou condição do Contrato;
- III) descumprimento do Cronograma físico-financeiro aprovado pela COHAB/SC;
- IV) inexatidão ou falsidade das declarações prestadas pelo devedor relacionado com os compromissos assumidos junto à COHAB/SC (COHAB/SC, 2008).

De acordo com a Portaria Interministerial nº 186, de 7 de agosto de 2003, o PSH prevê que a própria família se responsabilize pela construção das unidades habitacionais mediante repasse de subsídio, contudo, com a falta de experiência de alguns moradores com a área de construção civil e a falta de recursos para pagar mão-de-obra e responsável técnico, a PMF disponibilizaria dois profissionais, membros do corpo técnico da SMHSA, para acompanharem a execução do Programa. Todavia, segundo relato do Engenheiro da Secretaria, os dois profissionais designados não aceitaram trabalhar na execução do Programa pela sobrecarga de atividades desempenhadas na PMF. Em setembro de 2009, a Prefeitura

Municipal de Florianópolis, realizou uma licitação¹⁹ para a contratação de uma empresa que se responsabilizasse pela execução das obras.

O processo de não aceitação por parte dos profissionais da PMF em executar as obras do PSH, e a burocracia institucional quanto à licitação para contratação da empresa responsável, contribuíram para o atraso nas construções das moradias.

Segundo relato da Assistente Social da SMHSA:

A Prefeitura percebendo que, eles não tinham condições de construir suas casas, [...] contratou uma empresa, através de processo licitatório pra que fossem construídas essas moradias. Então [...] existe essa possibilidade, essas famílias vão poder fazer as casas com esta empresa que a Prefeitura contratou, mas aquelas famílias que não quiseram esperar ou fazer as casas com essa empresa, poderá fazer a parte, independente, autônomas, só que [...] o Programa prevê que a casa seja bem construída, eles tem que ter um engenheiro, [...] responsável justamente para que não aconteça um problema de fazer uma edificação de risco, que dentro de cinco, seis anos, com temporal, alagamento, qualquer coisa dessas possa destruir novamente a habitação (Assistente Social/SMHSA, março de 2010).

Apenas uma Empresa se apresentou à PMF para trabalhar no Programa: Empresa Perímetro Construção e Incorporação LTDA. Segundo engenheiro da SMHSA, o valor proposto pela Empresa para trabalhar com o Programa foi de R\$ 472.990,78 (quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa reais e setenta e oito centavos), sendo esse valor distribuído em R\$ 14.569,95 (quatorze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) para o sistema de tratamento de resíduos sólidos; R\$ 71.335,75 (setenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) destinados à demolição das casas, carga e transporte dos materiais; e R\$ 387.085,08 (trezentos e oitenta e sete mil, oitenta e cinco reais e oito centavos) para a execução das habitações. O recurso para o pagamento da empresa encarregada pela mão-de-obra adveio do Orçamento Municipal de Florianópolis.

Quando questionado sobre o atraso do início das obras, o engenheiro da SMHSA responde que isso ocorreu:

Em parte por falta de recurso da COHAB [...], não tinha dinheiro em caixa, não teve desembolso até maio de 2009. E algum atraso da Prefeitura na contratação da empresa. O processo licitatório demorou bastante (Engenheiro, março de 2010).

¹⁹ A licitação para construção das unidades habitacionais do PSH teve como objeto a “contratação de empresa especializada para prestar serviços de mão-de-obra para a construção de 100 moradias, econômicas, de madeira, execução de 15 sistemas de tratamento de resíduos sólidos e demolição de 100 unidades habitacionais.

A fala do profissional evidencia a falta de articulação entre os entes responsáveis pela execução local do Programa, e o não planejamento de ações conjuntas que poderiam impedir tamanhos transtornos aos beneficiários.

Após a contratação, a Empresa não pôde começar as construções de imediato por causa do atraso na liberação dos recursos pelo Governo Federal via COHAB/SC. Dessa forma, a construção das primeiras unidades habitacionais teve início em novembro de 2009, um mês antes da finalização do Programa, conforme consta na Cláusula Sexta do Termo assinado entre as partes:

O prazo de vigência do Termo tem início na data da sua assinatura com validade até 31 de dezembro de 2009 (COHAB/SC, 2008).

A morosidade no repasse dos recursos do Programa aos beneficiários ocasionou mais um entrave, impossibilitando o início das obras. As contas bancárias dos beneficiários foram canceladas pela Caixa Econômica Federal por não haver movimentação por mais de seis meses. Os técnicos da SMHSA só tomaram conhecimento disso após contato da COHAB/SC informando sobre o retorno dos recursos disponibilizados aos beneficiários. Houve, então, a realização de contato com o gerente de uma das agências da Caixa Econômica Federal. Explicou-se a ele todo o procedimento da execução do Programa e solicitou-se a solução do problema reabrindo todas as contas canceladas o mais rapidamente possível para que os recursos não fossem perdidos. Sabendo que nem todos os beneficiários receberiam de imediato as parcelas dos recursos, o gerente do banco realizou um depósito de R\$ 0,01 (um centavo) na conta dos beneficiários para que o cancelamento não acontecesse novamente.

Diante das problemáticas existentes e com o risco da não efetivação do Programa, já que o prazo de finalização estava próximo, os técnicos da SMHSA, juntamente com os profissionais da COHAB/SC, realizaram uma reunião para expor as dificuldades e decidiram entrar em contato com os representantes do Ministério das Cidades para conseguir a prorrogação do prazo de finalização do PSH para final de 2010.

Pensando em facilitar e agilizar o início das obras, os profissionais da SMHSA formularam uma Procuração para que o Engenheiro e a Assistente Social responsáveis pela efetivação do Programa na comunidade do Morro do Mocotó pudessem movimentar os recursos, somente e exclusivamente, destinados às obras do PSH para o pagamento dos materiais para a construção das unidades habitacionais pela Empresa contratada pela PMF. Isso foi pensado após a constatação de que as obras estavam prejudicadas devido ao processo de liberação dos recursos pela COHAB/SC em parcelas de valores baixos, e também após a

constatação de alguns casos em que o beneficiário retirou o recurso e utilizou-o para outros fins.

Segundo relato da Assistente Social da COHAB/SC, esse problema vem sendo frequente desde 2006, principalmente em épocas comemorativas:

Teve aí de 2006 pra cá bastante natal gordo, por que essa questão do recurso que é liberado ali no último mês do ano, aquilo ali de dezembro, eu acho que por um lado é bom para as pessoas, mas é péssimo. É bom por [que] faz uma ceia ou compra uns presentes bem legais, mas aí a casa dele continua mal. [Se o dinheiro for gasto para outros fins se não na construção da unidade] ele entra num processo judicial. Existe uma medida tomada aqui pela Assessoria Jurídica de que essa pessoa, até que regularize essa situação, ela tem que fazer a casa, aquela parte da obra para que o engenheiro do Município possa mandar uma medição de acordo para que ele possa receber a segunda parcela, por que a nossa intenção é fazer a casa, a gente não quer dinheiro de volta, não quer mexer com dinheiro, a gente quer é que efetivamente ele faça a casa, vai pedir com um parente, vai pedir emprestado pra dar conta (Assistente Social COHAB/SC, março de 2010).

Os técnicos da SMHSA aspiraram com a elaboração da Procuração agilizar e garantir o processo de construção das moradias.

Após esse processo, foi realizada uma reunião entre técnicos da PMF e beneficiários do Programa para prestar esclarecimentos sobre as competências e atribuições dos agentes envolvidos no Programa, direitos e deveres dos beneficiários, bem como a funcionalidade de tal documento. Na ocasião foi esclarecido aos moradores a opção que eles teriam em construir suas casas por meio da Empresa contratada pela Prefeitura mediante assinatura da Procuração.

A maioria das famílias presentes assinou o documento para receber sua casa pronta, mesmo sabendo que não haveria previsão do início das construções, já que não teriam condições financeiras para pagar mão-de-obra e responsável técnico. As demais famílias optaram por esperar e ver a possibilidade de conseguir com familiares algum auxílio de mão-de-obra para começar a construção de suas unidades habitacionais, sendo o ponto dificultador dessa escolha a contratação de um técnico para viabilizar a obra.

A opção de alguns moradores por construir suas casas por conta própria se deve ao fato das casas construídas pela Empresa contratada pela PMF serem de madeira, o que não agradou algumas famílias que sempre moraram em casas desse material e vêem nesse Programa a possibilidade de mudar de moradia. Entretanto, informou-se aos beneficiários que os recursos disponibilizados pelo Governo Federal não seriam suficientes para a edificação de uma casa ampla, ou até mesmo de alvenaria, para isso a família precisaria investir recurso próprio.

O ato da transferência de responsabilidade das construções das unidades habitacionais dirigidas às famílias é entendido como desresponsabilização do poder público frente à concretização das obras, já que o Município, segundo o Termo assinado com a COHAB/SC e SDR, tem como uma de suas obrigações: “assumir a responsabilidade técnica pela fiscalização na execução do empreendimento, sempre visando o cumprimento do previsto nos projetos técnicos aprovados” (COHAB/SC, 2008).

O modo como o recurso é liberado, ou seja, em três parcelas com percentual mínimo de 20% do valor da obra, é visto pelos técnicos e pelo próprio beneficiário como um dificultador do processo de execução das unidades. Segundo técnicos da SMHSA, as parcelas não têm data pré-estabelecida para serem liberadas após a apresentação da primeira medição, fazendo com que as obras de edificação sejam prejudicadas pelas intempéries, tendo as famílias que gastar mais com a compra de materiais para reposição. Esse fato choca-se com os dados contidos na Cláusula Terceira do Contrato particular:

[...] a liberação das parcelas terá o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre as entregas das parcelas dos financiamentos, salvo decisão da COHAB/SC, no sentido de dispensar este prazo (COHAB/SC, 2008).

As famílias que optaram em designar à Empresa contratada pela PMF a responsabilidade pela edificação das unidades habitacionais, também passam por dificuldades quanto à conclusão da obra. No final do ano de 2009 foi repassado à Empresa o local a serem construídas as três novas unidades habitacionais no Morro do Mocotó. Esses casos foram considerados de extrema urgência, pois as moradias haviam sido atingidas pelo incêndio ocorrido na comunidade em julho de 2009. Até a conclusão das habitações essas famílias foram atendidas com o benefício “aluguel social” disponibilizado pela PMF por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O início das obras foi moroso devido à inexperiência da empreiteira terceirizada pela Empresa Perímetro.

De acordo com o Fiscal de Obras da SMHSA:

[A] empreiteira, não foi digna com seu lado profissional [...] não tinha gente para trabalhar, não tinha ferramenta adequada para trabalhar (Fiscal de Obras/SMHSA, março de 2010).

Com a falta de habilidade em trabalhar com construções habitacionais, a empreiteira rescindiu o contrato com a Empresa Perímetro no final de 2009, não tendo concluído nenhuma unidade habitacional na comunidade.

Nesse período, parte dos beneficiários reclamou do atraso nas obras aos técnicos da SMHSA, a demora fez com que decidissem por construir suas casas por conta própria, contratando um engenheiro residente na própria comunidade.

As demais casas foram construídas por outra empreiteira, também terceirizada pela Empresa Perímetro, constituída por uma cooperativa de operários. Mesmo com a mudança as obras continuaram atrasando. O argumento para tal atraso está pautado na falta de repasse de materiais por parte da PMF e a sua má qualidade, fatos que prejudicam o trabalho.

Ao ser questionado se a Empreiteira atende as especificações técnicas para a compra dos materiais a serem utilizados na construção das unidades habitacionais do PSH, o Engenheiro da SMHSA responde que:

Existe uma especificação mínima para esses materiais, essas especificações já vêm do próprio projeto da COHAB[SC]. A empreiteira não se envolve na questão do material porque quem compra o material é a Prefeitura (Engenheiro/SMHSA, março de 2010).

Podemos perceber na fala do Técnico em Edificações da SMHSA, a sua conclusão sobre a qualidade dos materiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para as construções das unidades habitacionais do PSH:

[O material] vem lá da Serra, mas é de péssima qualidade, madeira de eucalipto. Deveria ser um material melhorzinho, por que as pessoas do PSH vão pagar esse financiamento da casa. Deveria ser um material melhor para ter maior qualidade de tempo de obra. Em vez de durar dez anos, durar trinta (Técnico em Edificações/SMHSA, março de 2010).

A fala do profissional expõe também a incoerência descrita no Contrato assinado entre PMF e a Empresa Perímetro:

O material necessário à execução do objeto deste contrato será fornecido pela Contratante [PMF], de acordo com as exigências técnicas e, principalmente, qualidade (Técnico em Edificações/SMHSA, março de 2010).

Quanto ao atraso nas construções das unidades habitacionais, o Engenheiro da SMHSA afirma que:

Quando foi feito o processo licitatório nós imaginávamos que seria em torno de quinze / trinta dias, o tempo de conclusão de cada unidade, só que isso hoje não se tem verificado. Está tendo uma demora muito grande, a Empreiteira reclama dos valores que são pagos, que são pequenos, mas quem estipulou esses próprios valores foram eles. Então [...] como tem outras obras de outros projetos, eles acabam desviando, vamos dizer, os funcionários para outros locais onde deixam as obras do PSH a deriva, causando um atraso (Engenheiro/SMHSA, março de 2010).

Outro dificultador levantado pela empreiteira refere-se ao transporte dos materiais de construção até o terreno onde serão construídas as unidades habitacionais, pois as áreas de acesso são formadas por becos e aclives.

Esses problemas foram apresentados em reuniões posteriores com a presença dos técnicos da SMHSA, sendo realizado o aditivo à Empresa Perímetro para cobrir os gastos com os transportes dos materiais a fim de agilizar o processo de conclusão das obras.

2 A AÇÃO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR NO CONTEXTO DO PSH

2.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ATUANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PSH

Para entender o Serviço Social como profissão atuante no PSH, torna-se relevante descrever a sua atuação frente à problemática habitacional, já que a precarização ou até mesmo a falta de moradia faz parte do conjunto das expressões da questão social, que atingem uma parcela significativa da população brasileira.

Segundo Rolnik (2008, p. 23):

Hoje, em nosso País, mais de 80% da população é considerada urbana, em um modelo de urbanização que concentrou 60% desta em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

O Assistente Social é convocado a trabalhar no setor habitacional tendo em vista o planejamento, elaboração e a operacionalização de ações e atividades a serem realizadas com a população a fim de promover a mobilização das comunidades, a educação sanitária e ambiental e a implementação de atividades voltadas à geração de trabalho e renda. No final de 2008 torna-se regulamentada a execução do Trabalho Técnico Social em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos em ações e programas geridos pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2008)²⁰.

Seu campo de maior empregabilidade são órgãos públicos que visam a execução de Programas Federais e Governamentais a fim de atender o déficit habitacional.

Contudo, embora o Assistente Social tenha relativa autonomia para desempenhar seu trabalho, dando uma direção social ao exercício profissional “os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir” (IAMAMOTO, 2006, p. 182).

Segundo Iamamoto (2006, p. 182):

[As instituições] Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho

²⁰ Disponível em: http://www.cidades.gov.br/noticias/trabalho-social-em-programas-e-aco-es-do-cidades-e-regulamentado/?searchterm=trabalho AND social*

e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo, intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento – o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho.

Logo, entende-se que a ação profissional do Assistente Social fica condicionada a entraves institucionais, sendo esses “[...] lugares privilegiados de defesa da cidadania, espaços contraditórios, políticos, de competição e de luta pelos direitos daqueles situados à margem da estrutura de mando” (SILVA, 2002, p. 120). E é nesse contexto contraditório vivenciado nas instituições como espaço de lutas de classes que a mesma autora (2002, p. 120) coloca que para a categoria do Serviço Social “atuar nesta direção significa que sua ação torna-se, por vezes, incompatível com as exigências fundamentais ou estratégicas da instituição: (servir às necessidades capitalistas), mas este é o grande desafio”.

É nesse espaço divergente de lutas políticas e direitos sociais que se situa o Serviço Social dentro da SMHSA na Prefeitura Municipal de Florianópolis, dando destaque ao profissional atuante na implementação do PSH na comunidade do Morro do Mocotó.

O Serviço Social dentro da SMHSA atua de forma interdisciplinar com profissionais da área de engenharia e arquitetura em trabalhos de melhorias habitacionais e infraestrutura, articulados com a Política Nacional de Habitação. Tem por objetivo desenvolver o Trabalho Técnico Social articulado à questão habitacional nas áreas de interesse social, buscando elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população localizadas em áreas de risco. Suas ações são desenvolvidas por meio de três eixos principais: Mobilização e Organização Comunitária (MOC); Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Renda e Trabalho (GTR).

Contudo, para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social dentro de um órgão público, como na SMHSA, o profissional enfrenta diversas dificuldades e limitações. Destaca-se como sendo uns dos grandes desafios enfrentados pelo profissional, as relações de poder existentes dentro da instituição, local onde o Serviço Social ainda não ocupou, frente aos demais profissionais, um espaço condizente quanto profissão autônoma e compromissada com os interesses dos sujeitos, estando muitas vezes subjugado “ao cumprimento burocrático de horários, à realização de um leque de tarefas das mais diversas, e ao cumprimento de atividades preestabelecidas” (IAMAMOTO, 2006, p. 21a).

A falta de reconhecimento da qualificação profissional do Assistente Social dentro da SMHSA, e a falta de articulação entre os técnicos quanto a sistematização de ações a serem desenvolvidas frente à realidade vivenciada pelos sujeitos, têm como um de seus resultantes a padronização que os demais técnicos denotam a situação vulnerável vivida pelas famílias

fazendo com que os projetos de moradia restrinjam-se, a uma mera benfeitoria e não como um direito a ser garantido pelo poder público.

Dentre os mais diversos objetivos profissionais, o Assistente Social deve focar-se na efetivação e garantia dos direitos dos usuários, no posicionamento em favor da equidade e da justiça social, assegurando a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. É remetido ao Assistente Social, dentro do espaço institucional, “a necessidade de questionamento das normas institucionais que, via de regra, orientam a clientela para um processo de adaptação social” (SILVA, 2002, p. 87).

Responder a tais desafios requer que a categoria se desvincule de ações burocráticas, rotineiras e meramente executivas repassadas/desempenhadas no campo de trabalho, a fim de ir além das rotinas institucionais e buscar compreender na realidade as possibilidades que são dadas à profissão, mas que não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais.

Iamamoto (2006, p. 21a) complementa:

Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. Assim, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais; todavia impõe limites e possibilidades. [...] Essa compreensão é muito importante para se evitar uma atitude fatalista do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, [e] ao burocratismo.

A relação burocrática e de poder existente no âmbito institucional tende a implicar diretamente na relação profissional do Serviço Social com seus usuários, já que efetivar uma prática voltada às demandas e necessidades populares, torna-se cada vez mais ínfimo, visto que o “interesse fundamental das instituições é servir aos objetivos capitalistas” (SILVA, 2002, p. 120). Com isso, se faz necessário que o profissional tenha competência para distinguir os seus objetivos dos da instituição, viabilizando de forma qualificada a defesa dos direitos dos usuários e o acesso aos meios de exercê-los.

Destarte, a realidade a ser trabalhada cotidianamente exige dos profissionais um amplo aporte teórico-metodológico e técnico-operativo a fim de “operacionalizar respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demandas profissionais” (GUERRA, 2009, p.80),

já que as alternativas de ações, conforme Yamamoto (2006, p. 21a) salienta, “não saem de uma suposta ‘cartola mágica’ do Assistente Social”. Porém, a autora supracitada expõe que:

[...] articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas *sobre* a realidade, mas atua *na* realidade. Nesta perspectiva, compreende-se que as análises de conjuntura – com o foco privilegiado na questão social -, não são apenas o *pano de fundo que emolduram o exercício profissional*; ao contrário, são partes constitutivas da configuração do trabalho do Serviço Social, devendo ser apreendidas como tais. O esforço está, portanto, em *romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade*, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO, 2006, p. 55).

Visto isso, entende-se a importância do profissional de Serviço Social estar atento às constantes implicações ocorridas na realidade social, fora dos olhares institucionais, a fim de entendê-las como um conjunto dos problemas trazidos pelos usuários, e não como demandas particulares. Frente a isso, o déficit habitacional não deve ser entendido como, unicamente, falta de moradia, é preciso também buscar compreender as condições pré-existentes que desencadearam essa relação de vulnerabilidade.

Segundo Paz (2010, p. 66):

Os programas e projetos habitacionais, em especial aqueles voltados à população de baixa renda, inserem-se em contextos específicos, em territórios de relações sociais, marcados por conflitos e disputas, que para além da carência habitacional, enfrentam déficits de acessos a todos os serviços, como também necessitam de investimentos na cultura democrática e organizativa da população moradora.

No entanto, a complexidade da realidade exige um corpo técnico de Assistentes Sociais capacitados para responder não apenas suas demandas, mas compreendê-las em seus significados sociais.

Para Guerra (2009, p. 86):

Reconhecer a contradição exige a adoção de um referencial teórico-metodológico que ultrapasse a imediatividade da vida cotidiana (no sentido de ir além dela), a aparência e as fragmentações da realidade social, e que a tome como uma totalidade composta por totalidades parciais em permanente transformação.

É por pensar que as instituições são espaços mínimos e de contradições frente à efetivação de direitos sociais, que o Assistente Social, enquanto categoria componente da

efetivação da política habitacional e urbana deve ter como foco duas grandes dimensões: a político institucional e a socioeducativa, objetivando:

Promover a maior qualidade e dignidade à vida das pessoas, à defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade e à moradia, o acesso aos serviços públicos e o estímulo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população. Nessa perspectiva o trabalho social em programas e projetos habitacionais deve ser sistemático, contínuo e interdisciplinar para que se possam obter melhores resultados de acessibilidade e inclusão social (PAZ, 2010, p. 67).

Conforme descrito anteriormente, as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelo Serviço Social na SMHSA perpassam não somente os problemas institucionais, mas também a interação interdisciplinar, ou seja, a relação direta de trabalho com profissionais das demais áreas. Na implementação do PSH, destaca-se em especial, a relação entre Serviço Social e Engenharia, marcada algumas vezes pela parca integração e articulação das ações, resultante da dicotomia ainda existente entre as denominadas “equipe social e equipe física”.

Para isso, CFESS (2009, p.26) complementa:

A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidenciam no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2009, p. 26).

Entende-se ser essencial a discussão do trabalho interdisciplinar no PSH, entretanto, o tema será aprofundado posteriormente.

Por fim, percebe-se que o Trabalho Técnico Social é imprescindível para obter os resultados e a sustentabilidade dos projetos habitacionais de interesse social, aqui em especial o PSH, quanto à participação e organização da população estimulando o protagonismo dos sujeitos coletivos no âmbito local, nas cidades e nas diferentes esferas pública (PAZ, 2010).

2.2 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PSH

A política de habitação, ao longo de seu desenvolvimento, vem demonstrando a necessidade do envolvimento de um conjunto de profissionais para atuar nas mais diversas frentes de trabalho. Nesse sentido, profissionais tradicionalmente consagrados, como Engenheiros, Arquitetos, Assistentes Sociais, dentre outros, compõem as equipes que executam as particularidades da política de habitação, cada qual com sua área de conhecimento.

Até pouco tempo atrás esses profissionais desenvolviam suas habilidades profissionais isolados uns dos outros ou com parca interação, sem, muitas vezes, um mínimo de contato ou troca de informações. Essa forma de trabalho caracterizava a própria política habitacional desarticulada e fragmentada, que refletia diretamente no trabalho dos sujeitos que a desenvolviam.

O desenvolvimento de estudos passou a apontar algumas falhas na materialização da política habitacional, equívocos que podem ser superados com a interação entre profissionais operadores. Além de suplantá-las, é preciso, em especial, ajustar a política setorial a um novo modelo, pautado na participação de todos os sujeitos envolvidos, não só os profissionais, mas também o beneficiário.

O descortinar de um cenário democrático no Brasil construído por lutas populares, principalmente movimentos ligados à reforma urbana, contribuiu para implantar a nova lógica para a política habitacional, assim, ela precisava deixar de ser uma política dos técnicos para virar uma política participativa que pudesse envolver os sujeitos, em especial o beneficiário, inclusive para dotá-lo de satisfação e compromisso com a unidade ou a melhoria.

Essa abertura exige uma nova articulação entre os profissionais, afinal, agora é necessário não apenas construir a unidade habitacional, mas imbuí-la de novos requisitos. As áreas de conhecimento ao longo dos anos se ajustam e reajustam de acordo com o programa ou projeto, algumas delas ainda relutam, mas dependendo do público atendido, torna-se uma necessidade básica articular-se com outros profissionais. Esse modelo é reforçado com a criação de planos específicos de atenção às populações empobrecidas, que demarcam linhas de atuação para alguns profissionais. Isso levou à construção de uma nova institucionalidade, que a Caixa Econômica Federal, operadora da política habitacional pública, denominou de Trabalho Técnico Social, demarcando profissionais, atores, linhas de trabalho em comum e individual.

A Caixa Econômica Federal desenvolveu o Caderno de Orientação Técnica Social (COTS) para subsidiar o Trabalho Técnico Social, esse correspondente ao:

Conjunto de ações educativas planejadas pelo proponente – Governo Estadual, do Distrito Federal ou Prefeitura Municipal, COHAB, Companhias de Saneamento e outras concessionárias de serviços públicos, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, respeitando as diretrizes dos Programas [...]. Seu objetivo é a criação de mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, bem como incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade do empreendimento (CAIXA, 2004, p. 5).

Com os resultados positivos do Trabalho Técnico Social, ele passou a ser exigido em todos os contratos habitacionais que recebem recursos públicos.

Na experiência analisada em questão, o Trabalho Técnico Social no PSH teve início antes da aprovação do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) pela Caixa, já que o cadastramento das famílias interessadas em participar do Programa aconteceu no final de 2008.

Segundo Regino (2010, p. 199) a importância do Trabalho Técnico Social nos projetos habitacionais é de suma importância, visto que:

Um programa habitacional de interesse social ganha eficácia quando implementado por meio de um competente trabalho social. É possível que o trabalho social compõe-se de um conjunto de processos e estratégias de informação, mobilização, *advocacy social*, organização e participação da população e animação comunitária. São todos eles processos que dão ancoragem às intervenções habitacionais propriamente ditas.

Porém, as estratégias de ação do Trabalho Técnico Social formuladas pela Assistente Social da SMHSA foram planejadas e elaboradas por meio do PTTS do PSH.

De acordo com o COTS, o Projeto de Trabalho Técnico Social:

É o documento que sistematiza a proposta de trabalho, onde devem constar objetivos, metas, ações e atividades a serem desenvolvidas, metodologia, sistemática de registro de resultados de avaliação, indicadores e cronograma de execução e planilhas de custos, elaborado em consonância com os normativos de cada programa. Apesar das especificidades de cada programa, a elaboração de um projeto é um processo lógico, para comunicar objetivos e resultados esperados e que deve obedecer a procedimentos metodológicos específicos (CAIXA, 2004, p. 5).

O PTTS do PSH pautou-se na realização de: diagnóstico da área e entorno a serem realizadas as intervenções do Programa, tendo como objetivo descrever, analisar e entender a realidade local da área; caracterização da população beneficiária, informando as condições de

moradia, escolaridade (chefe de família), idade (do chefe de família), renda mensal familiar (que deverá ser de um salário mínimo), número de componentes das famílias, entre outros; justificativa da intervenção social, descrevendo sua importância no local principalmente por beneficiar famílias de baixa renda proporcionando com isso a diminuição do déficit habitacional (FLORIANÓPOLIS/PSH, 2009).

O Projeto tem como objetivo “Promover o acesso à moradia, com melhoria de habitabilidade, preservação ambiental, vinculando também processos de desenvolvimento social” (FLORIANÓPOLIS/PSH, 2009, p. 5), sendo seus objetivos específicos:

- a) Proporcionar o conhecimento global do empreendimento.
- b) Estimular a participação da população beneficiada nas atividades a serem desenvolvidas.
- c) Propiciar a integração e inclusão das famílias na comunidade.
- d) Oportunizar o desenvolvimento de atividades de educação sanitária e ambiental.
- e) Realizar atividades relativas ao convívio e desenvolvimento comunitário.
- f) Orientar as famílias ao uso adequado e manutenção do novo espaço de moradia (FLORIANÓPOLIS/PSH, 2009, p.5).

A metodologia estabelecida para o desenvolvimento das ações objetivadas no Projeto se fundamenta na participação, envolvimento e comprometimento comunitário, que se embasa no relacionamento direto, no diálogo e no caminhar junto com a comunidade (FLORIANÓPOLIS/PSH, 2009). Para a Prof^a Mariângela Belfiore (*apud* REGINO, 2010, p. 198), “[...] definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos em diretrizes operacionais e detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar”.

A metodologia do Projeto é desenvolvida em três etapas, conforme quadro que segue:

Quadro 3 - Proposta metodológica do Projeto Social do PSH

1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
a) Reunião da equipe técnica para planejamento das atividades. b) Encontro com a população beneficiária para esclarecimentos quanto ao Programa, Projetos de Engenharia e Social através de reunião com dinâmica de grupo. c) Reuniões com a população beneficiária e equipe técnica para prestar esclarecimentos sobre competência e atribuições dos agentes envolvidos no processo, direitos e deveres dos beneficiários. d) Mobilização das famílias para participação nas ações propostas, identificando e fomentando as lideranças comunitárias. e) Desenvolvimento de atividades relacionadas ao convívio comunitário. f) Avaliação da 1ª etapa.	a) Levantamento das expectativas dos beneficiários em relação ao empreendimento através de reuniões e depoimentos. b) Repasse de informações sobre questões de deteriorização ambiental, saúde, enfatizando as condutas familiares e coletivas que visem à conservação, uso adequado e racional dos recursos naturais disponíveis através de palestras, filmes, materiais informativos e realização de dinâmica de grupo. c) Realização de vistoria da unidade habitacional (beneficiário). d) Aceitação da obra (beneficiário). e) Avaliação da 2ª etapa.	a) Aferir o grau de satisfação dos beneficiários em relação às habitações através de aplicação de questionários. b) Avaliar quantitativa e qualitativamente a participação das famílias nas atividades realizadas através de relatórios, questionários, etc. c) Avaliar os resultados obtidos com a implantação do projeto com base nos indicadores estabelecidos, utilizando como recursos atas, listas de presença, questionários, formulários, relatórios e registros fotográficos, obtendo dessa forma respaldo e garantia de registro preciso para as ações desenvolvidas no decorrer da realização do trabalho social.

Fonte: Projeto de Trabalho Social: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). Florianópolis, Janeiro de 2009.

O desenvolvimento da primeira etapa metodológica do Projeto foi realizado por meio de reuniões, visitas comunitárias e plantões sociais²¹, desenvolvidos, quando necessário, interdisciplinarmente entre Serviço Social e Engenharia, visando esclarecer aos beneficiários o processo de implementação do Programa.

A mobilização das famílias para participarem dessas atividades realizadas pelos técnicos da SMHSA - até o momento eram realizadas apenas reuniões com o objetivo de esclarecer e repassar orientações sobre o Programa -, era efetuada pela Assistente Social por meio da elaboração de convites entregues diretamente aos beneficiários, cartazes e contatos telefônicos. Esse procedimento foi utilizado, pois algumas lideranças comunitárias contactadas pela Assistente Social para ajudar na divulgação das reuniões do Programa, não

²¹ Plantão social deve ser entendido como a porta de entrada para que os usuários possam discutir juntamente com o profissional os projetos realizados no local.

repassavam a informação de forma a atender todos os beneficiários, mas apenas familiares e amigos. Além disso, a participação dos beneficiários em reuniões subsequentes contemplou baixo número de participantes.

Diante disso, Regino (2010, p. 200) coloca que:

Mobilização social é um processo de convocação de vontades para uma mudança da realidade, através de propósitos comuns (...). Envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido mais amplo.

Quanto às reuniões realizadas com os beneficiários, percebe-se que objetivavam apenas em repassar informações já pré-determinadas pela instituição em relação à execução das obras, solicitando seu comparecimento apenas no sentido de dar consentimento ao que já foi determinado, deixando de levar em consideração a participação dos sujeitos na discussão do Programa, bem como a colocação de suas necessidades. Desse modo, “[...] a forma de inserção da comunidade reporta-se mais a uma participação restrita que uma estratégia de ampliação da participação” (LIMA, 2008, p. 233).

Entende-se ser de suma importância a estimulação da participação da comunidade quanto à compreensão do trabalho a ser realizado no local, além de:

[...] criar condições para que se realize um intercâmbio de saberes: de um lado, os que detêm um conhecimento técnico sobre a realidade urbana e que estão no governo, e do outro lado, um saber popular, fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções (REGINO, 2010, p.201).

Visto isso, Regino (2010, p. 201) expõe que:

O compromisso com a participação é especialmente importante em uma das dimensões estratégicas do trabalho técnico social em projetos habitacionais, que se refere a preparar e instrumentalizar a população para compreender, interagir, propor e participar das obras, caracterizadas como o conjunto de intervenções físicas que alterará de forma substantiva sua condição de vida.

Um dos motivos da falta de participação das famílias nas reuniões comunitárias foi posteriormente entendido pelos técnicos como resultado da morosidade no processo de execução do Programa de 2006 a 2009, fazendo com que os beneficiários procurassem os profissionais repetidamente em atendimentos na própria SMHSA para obter informações sobre o início das construções, cogitando a hipótese da não efetivação do Programa.

Resultado disso é a falta de credibilidade que algumas famílias têm em relação às ações propostas pelos profissionais da SMHSA.

Entende-se que a informação quanto à propagação de conhecimento a seus usuários, torna-se algo indispensável à ação profissional do Assistente Social, “Dessa forma, mais do que o arranjo formal de informações é imprescindível para nosso exercício profissional ter o domínio da informação com a qual trabalhamos” (SARMENTO, 2005, p. 27).

Todo esse tempo de espera causou um desgaste emocional aos beneficiários, que procuravam o Serviço Social para expor suas dificuldades e solicitar agilidade no processo de construção das unidades habitacionais, pois muitos deles estavam morando em edificações precárias e insalubres, sem condições mínimas de habitabilidade. Esses atendimentos foram registrados e repassados à Engenharia, que conjuntamente com o Serviço Social realizava visitas domiciliares para saber a real situação das famílias, para solicitar prioritariamente a construção de suas unidades habitacionais assim que começassem as obras. Contudo, a demora na execução do Programa causou algumas modificações na realidade vivida pelos moradores nesses três anos de espera, e o número de beneficiários necessitando de nova habitação aumentou significativamente. Assim, o Serviço Social precisou realizar uma seleção dos casos mais urgentes, ou seja, que oferecessem risco de morte às famílias beneficiadas, para registrar uma nova lista de construções prioritárias.

Visto isso, podemos entender que:

Em regra, a equipe social não foi apenas testemunha, mas caixa de ressonância dos dramas e das insatisfações das famílias, com os quais se identificavam, não obstante os limites de sua atuação no que tange às macrodefinições de intervenção, que não contou, em sua formulação, com a participação da população. [...] [Isso acaba trazendo] como substrato um modelo de planejamento centralizado, burocrático e tecnicista, sob o qual os técnicos sociais e a população têm reduzida, ou quase nenhuma, chance de alterar as regras do jogo e a lógica da intervenção (LIMA, 2008, p. 233).

Com isso, as autoras Raichelis, Paz, Oliveira (2008, p. 238), colocam que:

É preciso explicitar os limites e possibilidades de realização do trabalho social no âmbito de uma política setorial como a de habitação popular, diante do agravamento da questão social, em suas mais dramáticas manifestações, inclusive das respostas públicas, invariavelmente insuficientes e parciais, às necessidades sociais da população.

Quanto à execução das atividades propostas na segunda e terceira etapa metodológica do PTTS do PSH, essas serão realizadas após a conclusão das unidades habitacionais.

As ações descritas acima, referentes ao desenvolvimento do Trabalho Técnico Social desenvolvido no PTTS do PSH, são apresentadas por meio de atas e registros fotográficos contidos nos Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, desenvolvidos pela Assistente Social da SMHSA bimestralmente para encaminhamento à COHAB/SC para acompanhamento local do Programa.

A elaboração do primeiro Relatório teve início em setembro de 2009 quando ocorreu a contratação da Empresa Perímetro, responsável pela construção das unidades habitacionais do PSH no Morro do Mocotó. Sua estruturação se deu da seguinte forma: a) relação das atividades realizadas no bimestre; b) ações previstas e não realizadas pressupondo justificativa por parte da Assistente Social; c) redirecionamento das ações não realizadas; e d) avaliação das atividades desenvolvidas pela equipe técnica descrevendo os aspectos facilitadores e dificultadores quanto à operacionalização das ações no bimestre.

Referente à estruturação do Relatório, o item “a” compõe as ações executadas no bimestre, são elas: visitas comunitárias, reuniões, atendimentos, elaboração de documentos, entre outros, descritos de forma quantitativa exposta em um quadrante e também relatada em ata a ser posteriormente anexada ao relatório. São ações que visam o repasse de informações aos beneficiários em relação ao desenvolvimento do Programa necessários para sanar os questionamentos que as famílias venham a ter no decorrer das obras. Esse item procura também relatar reuniões com a empreiteira, construtora, setor de engenharia, para estabelecer vínculos profissionais a fim de discutir as demandas e nivelar informações referentes ao Programa, bem como outras ações propostas pelo PTTS.

Segundo as diretrizes trazidas pelo Ministério das Cidades, o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social:

Deve-se viabilizar o processo permanente e constante de informação da população sobre o desenvolvimento do projeto físico, sendo a transparência um elemento essencial na construção do processo participativo e na relação de confiança entre técnicos e população (CIDADES, 2009, p. 4)²².

²² Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/IN%20no%208,%20HIS%20revisao%20IN%2050%20ANEXO%20I.pdf>

Em relação ao item “b”, o Relatório de Acompanhamento Técnico Social prevê a realização de algumas atividades no decorrer do Programa para viabilizar a execução das ações propostas pelo PTTS do PSH. Para o desenvolvimento dessas ações, a Assistente Social formula um cronograma de atividades a serem executadas em determinados períodos estabelecidos pela própria profissional. A não execução dessas atividades exige que a Assistente Social faça uma justificativa para cada uma delas a ser anexada no Relatório bimestral para acompanhamento da COHAB/SC.

Ainda nesse item, a Assistente Social da COHAB/SC coloca que:

[...] todas as atividades que vocês fizeram em visitas, reuniões, encaminhamentos e aí tem aquele item “atividades previstas e não realizadas” aí vocês deram um redirecionamento no que não foi feito. Acreditamos que na prática [as dificuldades] são outras, são maiores do que a gente até consegue prever. Então do nosso ponto, falando até por que sou eu quem faz essa análise, não vi nada que não fosse coerente [...] Os relatórios que vocês fizeram, eu achei que tinha um material real, eu própria acompanhei [...] eu vi que estava de acordo, observei que houve redirecionamento das ações conforme o relatório pedia, então vamos aguardar que isso possa estar acontecendo efetivamente (Assistente Social/COHAB/SC, março 2010).

Na fala da profissional da COHAB/SC percebe-se que as ações previstas no cronograma de execução do Projeto que não foram realizadas, são justificadas pela Assistente Social da SMHSA e redirecionadas para outro período com o propósito de serem efetivadas no decorrer da execução do Programa.

O item “c” - redirecionamento das ações não realizadas - prevê que a Assistente Social programe nova data para a realização da(s) atividade(s) planejada(s) para o período. Um exemplo deste item é o redirecionamento das ações previstas na segunda etapa metodológica do PTTS do Programa, visando educação e preservação ambiental, saúde, convívio comunitário, entre outros. Conforme justificativa elaborada pela Assistente Social da SMHSA, essas ações ainda não foram realizadas, pois:

Considerou-se que as ações mencionadas devem ser realizadas concomitantemente à construção das unidades habitacionais, devido à grande expectativa da população na conclusão de suas casas. Assim, essas ações têm a adesão e participação dos beneficiários, na proporção em que o projeto habitacional é executado [...], portanto, concluímos que as ações a nível coletivo devem ficar suspensas, neste intervalo, novas estratégias de ações devem ser definidas e iniciadas para que o projeto social seja efetuado (Assistente Social/SMHSA, março 2010).

Percebe-se na fala da profissional a dificuldade que os técnicos da SMHSA têm em trabalhar com as famílias beneficiadas no período de execução das obras. Todavia, essa dificuldade não deixa de estar pautada na morosidade da implementação do Programa, pois os beneficiários permanecem em precárias condições de habitabilidade almejando uma moradia que lhes traga conforto e segurança. Com isso, faz-se necessário compreender que:

A moradia é cenário do cotidiano de seu habitante, carregado de história, de subjetividades, de desejos, de possibilidades objetivas e subjetivas, de formas de ser e viver; é como elemento mais presente na vida das pessoas e sentido de seu pertencimento a um determinado território (RAICHELIS; PAZ; OLIVEIRA, 2008, p. 247).

Já o item “d” refere-se à avaliação que a Assistente Social faz das atividades realizadas no bimestre. Esse balanço pauta-se no levantamento dos aspectos facilitadores e dificultadores da execução das ações no período avaliado, apontando, posteriormente, alternativas de solução, ou seja, a proposição de novas possibilidades de ações para os processos que não obtiveram êxito no período em que foram executadas para um melhor desempenho das atividades seguintes.

De acordo com o COTS:

A Avaliação é um procedimento que deve ocorrer em todas as etapas do projeto, permitindo desta forma o monitoramento das atividades e o redirecionamento das ações quando necessário (CAIXA, 2004, p. 14).

Conforme descrito anteriormente, os Relatórios de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social são realizados por exigência da COHAB/SC, a fim de fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho social e da engenharia desenvolvido pelos técnicos da SMHSA.

Após a contratação da Empresa Perímetro, o trabalho social juntamente com o engenheiro da SMHSA, firma-se atuante também nas visitas comunitárias às casas dos beneficiários que se encontram em construção, com o objetivo de acompanhar o processo de desenvolvimento do Programa.

Segundo o Ministério das Cidades, com a finalização da etapa de construção das unidades habitacionais, o trabalho social deverá se pautar na preparação da mudança dos

beneficiários à nova moradia, “devendo estar prevista a vistoria prévia das unidades habitacionais pelos futuros ocupantes” (CIDADES, 2009, p. 6)²³.

A vistoria das unidades habitacionais do PSH é realizada pelo Fiscal de Obras da SMHSA, que relata:

Na realidade, o que eu faço nessas visitas periódicas [é] sempre analisar. Então, antes de entregar a casa, chamamos à benfeitora [sic] [beneficiária] que vai receber a casa, e [então] digo - Olha, o que está faltando na sua casa? Se estiver faltando tal coisa -, aí eu vou correr atrás. Então comigo ela só assina o “*cheque list*” da casa depois que ela concordar com tudo. Tem que estar tudo pronto se não, não é entregue a casa (Fiscal de Obras/SMHSA, março, 2010).

Quanto a transferência dos beneficiários à nova moradia, foi proposto pela Assistente Social da SMHSA, juntamente com a Engenharia, realizar uma reunião com os proprietários a fim de orientá-los sobre o uso adequado e a manutenção do novo espaço de moradia, conforme descrito na metodologia do PTTS do Programa.

O desenvolvimento dessa ação foi discutido com as famílias beneficiárias nas primeiras reuniões realizadas na comunidade. Porém, a ação proposta não foi aceita pelos moradores que fizeram a construção de suas habitações com a Empresa Perímetro, pois logo após a conclusão da edificação de sua unidade habitacional realizaram imediatamente sua mudança. Isso ocorreu com os primeiros beneficiados pelo fato de alguns estarem morando de aluguel, e utilizarem a pouca renda que possuem para esse fim, e outros por residirem de favor na casa de amigos e parentes, almejando estarem em sua própria moradia.

Quanto aos problemas vivenciados pelas famílias beneficiárias, Lima (2008, p. 228) esclarece:

[O] redimensionamento das propostas de trabalho social, geralmente restrita à implementação dos programas e projetos sociais, daí que esquadrihar a realidade local, discutir e decidir com a população as prioridades, promover a articulação de redes em torno dos problemas e dos programas sociais a ser desenvolvidos deve ser o ponto de partida das intervenções urbanas e do trabalho social a elas inerente.

Na execução da segunda etapa metodológica do PTTS do PSH será realizada pela Assistente Social da SMHSA, após a conclusão das obras, a mobilização dos beneficiários para a participação em atividades de conscientização socioambiental, convívio e

²³ Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/IN%20no%208,%20HIS%20revisao%20IN%2050%20ANEXO%20I.pdf>

desenvolvimento comunitário, ações socioeducativas e orientação sobre a manutenção do novo espaço de moradia. Para o desenvolvimento dessas atividades, segundo a Assistente Social da SMHSA, serão formados pequenos grupos (após a conclusão de suas habitações) para uma melhor dinamização das ações desenvolvidas.

Frente à realização dessas atividades as autoras Raichelis, Paz, e Oliveira (2008, p. 238) expõem que:

O caráter socioeducativo presente no trabalho técnico social em programas de habitação popular, extensivo a outras políticas sociais, assume, não raras vezes, uma perspectiva de inculcação de novos códigos e conduta individual e familiar tendo em vista o enquadramento da população aos padrões de sociabilidade requeridos e considerados adequados socialmente e que se reproduzem no âmbito da gestão pública. [...] Com isso, reforçam assim, práticas disciplinadoras e de controle, relações moralizadoras e de tutela entre técnicos e população, nas quais, frequentemente, problemas sociais são individualizados e a própria população culpabilizada por suas carências e vulnerabilidades.

O trabalho social deve pensar a participação popular como um:

[...] processo de aprendizagem coletiva que é caminho para fortalecimento da cidadania dos envolvidos, mas também uma dimensão operacional, que abrange os procedimentos de pactuação e contratação das diversas ações, obras e serviços a serem desenvolvidos no *habitat* daqueles que são também beneficiários/impactados pela ação (REGINO, 2010, p. 200).

Quanto à realização da terceira e última etapa metodológica do PTTS do PSH, ela será desenvolvida, segundo cronograma de execução do Projeto, por meio de aplicação de questionário para aferir o grau de satisfação dos beneficiários em relação às habitações. Serão feitas também pesquisas em relatórios, atas, listas de presença e questionários aplicados para avaliar quantitativa e qualitativamente a participação das famílias nas atividades desenvolvidas no decorrer do Programa, e por fim serão realizadas reuniões com aplicação de questionários e formulários para avaliar os resultados obtidos com a implantação do processo.

Com isso, entende-se que a avaliação deve ser realizada de forma participativa incorporando todos os sujeitos envolvidos nas ações, principalmente os beneficiários. A avaliação assim conduzida socializa e acrescenta novas informações e conhecimentos que estão na maioria das vezes segmentados nas diversas equipes de trabalho e nos beneficiários. Essas informações e conhecimentos postos em comum permitem a apreensão do programa na sua totalidade, fazendo a apropriação do saber fazer social resultante finalmente na democratização do conhecimento e transparência da ação pública.

Contudo:

Atribuir valor e mérito não são ponto final de um processo de avaliação, como na avaliação tradicional, mas parte de um processo contínuo de melhoria do programa. Como numa espiral, os participantes e o avaliador são sujeitos de um processo crescente e acumulativo de reflexão e auto-avaliação (BARREIRA, 2000, p. 81).

Por fim, apreendemos que as ações a serem desenvolvidas para uma maior eficácia frente ao trabalho realizado nos Programas Habitacionais, aqui em especial o PSH, vão além do trabalho social, conta-se também com a participação de demais profissionais, constituindo com isso ações interdisciplinares, que segundo Regino (2010, p. 201):

Embora seja objeto trabalhado mais pela equipe social, enfrentar esses desafios não é tarefa restrita a esta equipe, já que a participação popular e o exercício da cidadania devem perpassar todas as práticas do projeto de urbanização fazendo com que o compartilhamento do saber e a construção de um conhecimento conjunto resultem em uma intervenção efetivamente pactuada. Um compromisso a ser assumido por toda a equipe técnica. É importante que as equipes de trabalho social tenha a iniciativa de fomentar a interação das equipes multidisciplinares com a participação [...] para além das responsabilidades das instituições, diz respeito à importância da participação no crescimento dos indivíduos.

Frente ao disposto acima, tratar-se-á a seguir sobre a importância do trabalho interdisciplinar realizado pelo Serviço Social e Engenharia da SMHSA quanto à implementação do PSH na comunidade do Morro do Mocotó.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO PSH

O trabalho interdisciplinar no PSH teve início com a elaboração do Projeto de Trabalho Técnico Social, quando a Engenharia juntamente com o Serviço Social fez-se responsável pela sua coordenação, compondo a equipe técnica.

Para mensurar a importância e as dificuldades da atuação interdisciplinar, procurou-se evidenciar a visão dos próprios profissionais por meio de entrevista realizada em março de 2010.

Primeiramente, os técnicos foram questionados sobre a importância da atuação interdisciplinar em um Programa Habitacional direcionado a famílias de baixa renda.

A Assistente Social da SMHSA informa que:

É importante por que nós temos que procurar trabalhar em equipe. [...] na relação direta com os engenheiros cabe muito nós mostrarmos para os técnicos que são de outra área qual é a abrangência, qual é a importância do nosso trabalho. Com a engenharia, primeiro lugar o Serviço Social tem que ter uma posição, tem que ter bem definido qual é o nosso papel, às vezes a gente tem que se impor um pouco também pra sentir o valor, para que eles percebam que não é assim, por que eles iam fazer determinada casa se realmente existia outra necessidade? Então explicar que tem uma família que passa por isso, é uma forma até de sensibilizar tanto profissionalmente como às vezes até o coração dessas pessoas (Assistente Social/SMHSA, março 2010).

Na fala da Assistente Social há dois pontos a serem considerados. O primeiro diz respeito à importância de haver diálogo entre os profissionais de Serviço Social e Engenharia, no sentido de discutirem a realidade vivenciada pelos beneficiários quanto à construção prioritária da habitação, ficando claro que não são apenas edificações construídas, é preciso tomar consciência e conhecimento do risco que as famílias correm em permanecerem em sua atual moradia. Em segundo, fica visível a importância que a profissional dá em repassar à Engenharia o significado do papel do Serviço Social atuante no Programa Habitacional direcionado às famílias de baixa renda, mesmo às vezes sendo necessário se “impor” para ter credibilidade frente à atuação interdisciplinar.

Segundo o Engenheiro da SMHSA, a atuação interdisciplinar:

É muito importante, sem o trabalho social a gente não tem nem como chegar aos locais da construção. Então o assistente social vai, faz o meio de campo com os moradores, faz toda a explicação do próprio projeto que não interfere na parte de engenharia. Mas é de suma importância (Engenheiro Civil/SMHSA, março de 2010).

Diante da fala do profissional de Engenharia percebe-se a sua visão quanto à importância da ação profissional do Assistente Social, aqui em particular no PSH. Faz-se necessário a interação do Assistente Social com os moradores a serem beneficiados, tanto na realização de reuniões para esclarecimento dos procedimentos operacionais de intervenção, quanto para fazer com que os moradores sintam-se partícipes das ações a serem realizadas, preparando-os para assimilarem e se apropriarem das mudanças implementadas. O relato dos profissionais expõe que a atuação do Serviço Social e da Engenharia caminham juntas frente à

implementação do PSH, porém, os papéis de cada área são específicos. Mesmo assim, a especificidade não pode deixar que se perca a noção de totalidade da intervenção, dispersando os profissionais da realidade local. A proposta do trabalho interdisciplinar não é para anular o saber do outro, mas para somar os conhecimentos por meio da contribuição mútua.

Sampaio (2002, *apud* Cervelin, 2006, p. 52) contribui com a compreensão ao afirmar que:

O conhecimento interdisciplinar deve ser uma lógica de descoberta, uma abertura recíproca, uma comunicação entre os domínios do saber; deveria ser uma atitude, que levaria o perito a reconhecer os limites de seu saber para receber contribuições de outras disciplinas. Toda ciência seria completada por outra e a separação entre as ciências seria substituída por objetivos mútuos. Cada disciplina dá sua contribuição, preservando a integridade de seus métodos e seus conceitos.

Dessa forma, não podemos esquecer “que a prática interdisciplinar não pode ser concebida ou analisada sem considerar sua estrutura histórica e institucional, possuindo uma dinâmica própria e resistindo aos processos de mudança técnica, social e política, pelo menos no curto e médio prazo” (CERVELIN, 2006, p.53).

Visto isso, o segundo questionamento feito à Assistente Social da SMHSA refere-se às dificuldades encontradas por ela na relação do trabalho interdisciplinar. A profissional manifesta-se:

É uma questão de entendimento, acho que talvez um dificultador seja o diálogo. Tem que sentar, conversar, tem que ter esse tempo de maturar determinadas questões, tem casos que não se define no primeiro momento, tem que ser pensado, pensar junto, avaliar, saber escutar qual é o posicionamento que o engenheiro tem, expor o nosso posicionamento. [...] é impossível trabalhar isoladamente, tem que fazer reunião, não precisa ser uma coisa sistemática, mas tem que conversar (Assistente Social/SMHSA, março 2010).

Com a fala da profissional pode-se perceber que a mesma reconhece a importância em suscitar um trabalho conjunto com profissionais de outras áreas, porém a resistência por parte da Engenharia na realização de discussões, e reuniões para discutir a intervenção a ser realizada, aparece como um dos dificultadores da ação. O diálogo se faz necessário para que não haja fragmentação das ações realizadas pelos profissionais a fim de criar dicotomia entre o social e o físico.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2009, p. 23) ao contribuir com o debate acerca da Assistente Social atuando em equipes interdisciplinares apresenta que:

Em virtude dos desafios impostos na atuação interdisciplinar [...], considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos(as) usuários(as). A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos(as) profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho.

Para que a interdisciplinaridade ocorra e contribua para uma melhor intervenção, faz-se necessário não somente facilitar a comunicação entre os profissionais, como também obter horizontalidade de saberes e sincronia de responsabilidades, a fim de realizar um melhor atendimento aos usuários. Logo, a ação interdisciplinar tem que ser entendida como uma ação interligada à concepção de totalidade e não confundida como simples troca de informações.

Para Nogueira (1998, *apud* Cervelin, 2006, p. 52):

A interdisciplinaridade impõe, necessariamente, o estabelecimento de vínculos de integração no processo de trabalho, ainda que no plano teórico não haja uma articulação efetiva. Assim interdisciplinaridade é mais do que simples comunicação, podendo ser vislumbrada quando a comunicação ou diálogo sobre e entre saberes e práticas gerar uma integração mútua, constituindo novos saberes e novas práticas que busquem a resolução de um problema concreto.

Para o Serviço Social, a ação interdisciplinar se faz presente em seu Código de Ética profissional descrito no Capítulo III, artigo 10º, alínea d. que afirma ser dever do Assistente Social “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar”.

Isto demonstra a importância de tal ação frente à modificação da relação profissional com as demais áreas. Para as autoras Raichelis, Paz e Oliveira (2008, p.238):

O trabalho social em habitação popular carece de um acúmulo teórico e de sistematizações metodológicas mesmo no campo do Serviço Social, em que os assistentes sociais compõem majoritariamente as equipes multidisciplinares, das quais participam também, entre outros, sociólogos, pedagogos, psicólogos, arquitetos e engenheiros.

Por fim, entende-se a importância da atuação interdisciplinar, que surge no processo coletivo do trabalho, com objetivo de construir coletivamente um espaço amplo de conhecimento fora da especificidade de cada profissão que atua na área social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste trabalho foi possível compreender o processo de intervenção pública do município de Florianópolis realizado no espaço urbano da comunidade do Morro do Mocotó e os desafios postos ao Trabalho Técnico Social quanto à implementação do PSH direcionado às famílias de baixa renda do local, sendo o profissional de Serviço Social parte integrante da equipe técnica interventiva.

A exclusão territorial tem levado um contingente expressivo da população a ocupar loteamentos irregulares e com deficitários meios de habitabilidade, como saneamento básico, água, luz, etc., o que não imprime qualidade de vida à população.

O crescimento das favelas demonstra as precárias condições de moradia ainda vivenciadas por grande parte da população que submete-se a habitações informais para se fixar em área urbana, e por não ter condições financeiras de se instalar na cidade formal devido ao seu alto custo. Resultante disso, essa população vem se deparando cada vez mais com os deficitários acessos aos serviços públicos. Porém, as problemáticas tendem a se agravar mediante a falta de responsabilidade governamental, em que “o modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, e a consolidação destes assentamentos é progressiva, eternamente incompleta e totalmente dependente de uma ação discricionária do poder público” (ROLNIK, 2008, p. 25).

Nesse contexto incluem-se as famílias residentes da comunidade do Morro do Mocotó, área territorial ocupada há aproximadamente cem anos que não teve em seu processo de ocupação nenhum procedimento urbanístico. Porém, por ser uma das áreas habitacionais mais antigas da cidade e por ter sua ocupação consolidada, a comunidade foi contemplada em 2002 com o Programa Habitacional – Habitar Brasil-BID (HBB), que visa além da construção de moradias, a revitalização urbanística do local. Em consequência do desenvolvimento desse Programa, pode-se então contemplar a comunidade com a implementação de mais um Programa Habitacional, o PSH, que tem por objetivo somente a concessão de novas moradias.

O processo de implementação do PSH, descrito ao longo deste trabalho, demonstra a limitada capacidade financeira do poder público em investimentos direcionados à habitação popular, onde, especificamente neste Programa, os “beneficiários” passam a ser co-responsáveis, inclusive financeiramente, pela provisão de sua moradia. Pessoas que (sobre)vivem com no máximo até três salários mínimos e que tem sua economia baseada no trabalho informal, não apresentando, em sua maioria, condições dentro do orçamento familiar

para financiar a complementação do valor subsidiado pelo Programa para a construção de sua unidade habitacional.

Entretanto, é preciso lembrar que o direito à habitação é um direito garantido constitucionalmente, previsto como Direito Social pela Constituição Brasileira prescrita no artigo 6º juntamente com a educação, trabalho, saúde, entre outros, entendendo que para a manutenção desses deve-se, além de outras necessidades, suprir a ausência de moradia a fim de garantir conforto e segurança aos que dela necessitam, sendo o Estado responsável em adotar políticas públicas de habitação suficientes a atender o déficit habitacional assegurando a efetividade desse direito.

Para tanto, este trabalho procurou evidenciar também a importância do Serviço Social como parte integrante da equipe técnica frente à implementação do PSH, entendendo que o profissional dessa área deve focar-se na efetivação e garantia dos direitos dos usuários, no posicionamento a favor da equidade e justiça social, buscando assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais. Todavia, esse processo é atravessado pelas dificuldades que esta categoria enfrenta cotidianamente em seu espaço de trabalho frente à falta, muitas vezes, de seu reconhecimento profissional e limitações institucionais e os desafios postos ao exercício da prática interdisciplinar.

Por meio da realização de entrevista com os profissionais atuantes no processo de implementação do PSH, foi possível identificar que a atuação interdisciplinar se faz importante para a realização de um efetivo trabalho profissional frente a execução do Programa, porém, pôde-se perceber a existência de dificuldades em estabelecer essa relação de interação entre eles evidenciando a disparidade ainda presente na equipe.

É nesse contexto que o Assistente Social deve articular e sistematizar sua prática a fim de comprometer-se com seus usuários identificando recursos para o atendimento e defesa de seus direitos, tendo como princípios norteadores de sua prática os fundamentos teórico-metodológico e ético-político a fim de qualificar sua ação profissional.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação Participativa do Programas Sociais**. São Paulo: Veras Editora, 2000, p. 57-91.

BOPPRÊ, Afrânio Tadeu. **Expansão urbana em Florianópolis: conflito entre a cidade real e a cidade legal**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 186, de 7 de agosto de 2003. Define as condições necessárias à implantação do PSH. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/legislacao/programa-de-subsidio-a-habitacao-de-interesse-social-psh/copy_of_legislacao. Acesso em 8 de abril de 2010.

_____. Decreto nº 5.247, de 19 de outubro de 2004. Regulamenta a Medida Provisória nº 200, de 20 de julho de 2004, que dispõe sobre o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/legislacao/legislacao-cgfnhis/Decreto%20N%205.247%2C%20de%2019%20de%20outubro%20de%202004.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2010.

_____. Ministério das Cidades. **O direito à cidade**. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>. Acesso em 22 março de 2010.

_____. Ministério das Cidades. **Trabalho Social em programas e ações do MCidades é regulamentado**. 2008. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/noticias/trabalho-social-em-programas-e-acoes-do-mcidades-e-regulamentado/?searchterm=mcidades>. Acesso em: 22 março de 2010.

_____. Ministério das Cidades. **Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Provisão Habitacional**. Anexo I Instrução Normativa nº 8, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/IN%20no%208,%20HIS%20revisao%20IN%2050%20ANEXO%20I.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2010.

_____. Ministério das Cidades. **Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – (PSH)**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/psh/psh>. Acesso em 7 de abril de 2010.

_____. Ministério do Planejamento. **Portaria Interministerial nº611, de 28 de novembro de 2006**. Altera a Portaria Interministerial nº 335, de 29 de setembro de 2005, dos Ministérios das Cidades e da Fazenda, que dispõe o PSH. MP: Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/legislacao/programa-de-subsidio-a-habitacao-de-interesse-social-psh/Portaria%20Interministerial%20No%20611%2C%20de%2028%20de%20novembro%20de%202006.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COTS - **Caderno de Orientação Técnica Social**. Programas OGU, 2004. Disponível em: www.CAIXA.gov.br/urbanizacao/CAIXAcidade/links_menu_lat_esq.asp#item4. Acesso em 27 de abril de 2010.

CFESS. Parâmetros Para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Série: **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Finalgrafica.pdf. Acesso em 09 de maio de 2010.

CERVELIN, Fabiana de Oliveira. **O acompanhamento do Programa Habitar Brasil-BID: desafios para o serviço social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Código de Ética do Assistente Social, Resolução CFESS n. 273 de 13 de março de 1993: In: Legislação Brasileira para o Serviço Social **Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social – CRESS 9ª Região – São Paulo, 2008.**

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Termo de Compromisso - COHAB/SC**, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e o Município de Florianópolis/SC, 2006.

_____. **Contrato por Instrumento Particular de parcelamento para produção de moradia – (PSH)**. COHAB/SC: Florianópolis, 2008.

_____. Disponível em: <http://www.cohab.sc.gov.br/>

DIAGONAL URBANA. **Pesquisa Quantitativa Censitária realizada na Comunidade do Morro do Mocotó**. Município de Florianópolis/SC. In: Florianópolis, 2001.

FLORIANÓPOLIS. **Diagnóstico das áreas de interesse social**. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/publicacoes/_planejamento_habitacional/diagnostico_ais_1.pdf Acesso em 22 mar. 2010.

_____. **Política Habitacional de Florianópolis.** Florianópolis, Agosto de 2009.

_____. **Programa Habitar Brasil – BID – Mocotó:** Projeto Integrado, v. 1. Florianópolis, 2002.

_____. **Projeto de Trabalho Social:** Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – (PSH). Florianópolis, janeiro de 2009.

_____. **Sub-Projeto de Trabalho Técnico Social.** Florianópolis, 2007.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social:** teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 161-196.

_____. Serviço Social na cena contemporânea . In: **Serviço Social:** Direitos Sociais e competências Profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p. 16-50a.

LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis:** A polêmica urbana. Fundação Franklin Cascaes; Palavra Comunicação: Santa Catarina, 1996.

LIMA, Antônia Jesuíta de. Intervenções urbanas e os desafios do Trabalho Social na contemporaneidade. In. GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima; MAIA, Rosemeri Santos. **Interlocações urbanas: cenários, enredos e atores.** Rio de Janeiro, Arco Iris, 2008, p. 217-235.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Desafios da Política Habitacional. In: **Direito à Moradia na Cidade do Rio de Janeiro.** Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião, n. 1, Rio de Janeiro, 2010.

RAICHELIS, Raquel; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Intervenções urbanas e trabalho. In. GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima; MAIA, Rosemeri Santos. **Interlocações urbanas: cenários, enredos e atores.** Rio de Janeiro: Arco Iris, 2008, p. 237-248.

REGINO, Tássia de Menezes. Trabalho Social e Participação. In: **Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários**. 2 ed. Brasília/ São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança de Cidade, 2010.

ROCHA, Maria Gabriela da. **Serviço Social, desastres e suas interações com a questão urbana** – relato de uma experiência.. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

ROLNIK, Raquel. Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades. In: **Acesso a terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**. Florianópolis: UFSC, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Tatiana de Oliveira. **O processo de implantação da Coopersolar no Morro do Mocotó: a contribuição do Serviço Social e a visão dos moradores**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SARMENTO, Helder Bóska de Moraes. Repensando os instrumentos em Serviço Social. In: STOCKINGER, Silva da Costa (Org). **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA/ Belém: Ed. Amazônia / UFPA, 2005.**

SEVERINO, Antonio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In: **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevista realizado com os técnicos da SMHSA e COHAB/SC

|

Roteiro de entrevista realizada com Assistente Social da SMHSA

1. Como foi implementado o Programa PSH na comunidade do Morro do Mocotó?
2. Quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do programa na comunidade? E por quê?
3. Como foi desenvolvido o cadastro dos moradores para o Programa? E que o desenvolveu?
4. Qual foi o critério utilizado para a seleção dos beneficiários?
5. Qual a importância do trabalho interdisciplinar do Serviço Social e da Engenharia quanto ao desenvolvimento do programa?
6. Qual(is) a(s) dificuldade(s) encontrada(s) na realização do trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social?

Roteiro de entrevista realizada com Assistente Social da COHAB/SC

1. Qual o papel da COHAB/SC quanto a implementação do Programa PSH?
2. O aporte é técnico ou financeiro da COHAB/SC com o desenvolvimento do PSH na comunidade do Morro do Mocotó?
3. Se financeiro, qual o valor e como é feito o desembolso desse recurso? Se técnica, como se dá a contribuição técnica da COHAB/SC?
4. Quanto aos relatórios bimestrais elaborados pela Assistente Social da Prefeitura de Florianópolis à COHAB/SC, qual o encaminhamento das questões suscitadas no Relatório, como é a devolutiva dos problemas encontrados no desenvolvimento do Trabalho Técnico Social relatado nos documentos?

Roteiro de entrevista realizada com Engenheiro Civil da SMHSA

1. Qual o papel da Engenharia Civil na efetivação do programa PSH?
2. Existe especificação técnica para a compra de materiais para a edificação das unidades habitacionais/ No que se baseiam? A empreiteira atende essas especificações?
3. Qual o tempo estimado para a entrega das unidades habitacionais?
4. Em sua opinião o Trabalho Técnico Social é importante para esta modalidade de produção de habitação?

Roteiro de entrevista realizada com Fiscal de Obras da SMHSA

1. Quantas vistorias são realizadas ao decorrer das obras?
2. Quando e como é realizada a vistoria que antecede a entrada dos moradores em sua nova moradia?
3. Qual a importância das vistorias?
4. Há atrasos na construção das unidades habitacionais? Por quê?

APÊNDICE 2

Modelo - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social
Graduação em Serviço Social

Florianópolis, 5 de março de 2010.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **A experiência do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – (PSH) no Morro do Mocotó**. Você foi escolhido (a) para ser entrevistado (a) por ser Profissional da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental - PMF. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Departamento de Serviço Social/UFSC.

Os objetivos deste estudo são:

Analisar a experiência do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – (PSH) no Morro do Mocotó e sua interface com o exercício profissional.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a questões que tem como objetivo:

- a) Caracterizar a comunidade do Morro do Mocotó;
- b) Descrever a experiência do Trabalho Técnico Social no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social realizado no Morro do Mocotó;
- c) Perceber o olhar dos profissionais, atuantes no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – (PSH), quanto à importância da realização do trabalho interdisciplinar;
- d) Identificar a importância do papel do Assistente Social frente a efetivação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social;

As informações obtidas através desta pesquisa serão divulgadas em forma de Trabalho de Conclusão de Curso. Os dados serão divulgados de forma a garantir o seu anonimato.

Obrigado pela sua contribuição e por merecer sua confiança.

Jeane Jacques Cruz
Graduanda de Serviço Social

Jeane Jacques Cruz

Endereço: Campus Universitário João David Ferreira Lima, CEP 88.040-900 CP 476,
Trindade – Florianópolis/SC. Centro Sócio-Econômico

Fone:

Orientador: Valter Martins

Departamento de Serviço Social

Fone:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da Pesquisa

ANEXOS

ANEXO 1

Ficha de Declaração Sócio-Econômica

Ficha 1

Ficha 2

Ficha 3

ANEXO 2
Declaração do beneficiário

ANEXO 3

Declaração de saúde

Declaração 1

Declaração 2

ANEXO 4

Autorização para construção em terreno de terceiros

ANEXO 5

Planilha de contratação

Planilha